

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



19ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos

11 de julho de 2005

Local: Sala 601, Centre/IBAMA - Brasília/DF

(Transcrição ipsis verbis)
[Stenotype Brasil Ltda.]

Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva CONAMA

Boa tarde. Em função da ausência do nosso presidente e como o nosso segundo ponto de pauta era a eleição do vice-presidente da Câmara Técnica, eu sugiro que a gente inverta a pauta, eleja o vice-presidente e ele então prosseguirá à condução da reunião nos termos do regimento. Quem gostaria de apresentar a sua candidatura?

Clarismino Luis- ANAMMA

Eu indico a conselheira representante do CNI, Grace, como candidata a vice-presidente.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Eu concordo que seja a Grace.

Carlos Hugo Suarez Sampaio- Ministério da Justiça

Eu gostaria de apresentar a minha própria candidatura.

Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva CONAMA

Nós temos duas candidaturas: da Dra. Grace do CNI e do Dr.Carlos do Ministério da Justiça. Podemos (?) em votação? Aberta ou fechada?

Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA

Sou Roberto Monteiro, Conselheiro Honorário do CONAMA. Na verificação de regimento interno recentemente, nós estamos com uma certa dificuldade de entendimento de um Artigo que fala não do vice-presidente, mas fala que a presidência das Câmaras Técnicas, será ocupada por conselheiros ou suplente. Então, só para colocar esse ponto, porque se caso um dos dois não for ou titular ou suplente poderá haver impedimentos na eleição.

Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva CONAMA

Mas é vice-presidente, conselheiro. Nós estamos elegendo o vice-presidente aqui.

Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA

Sim, mas não fala do vice, não é?

Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva CONAMA

Não fala do vice, assim como não fala do relator. Então, por favor, eu gostaria que vocês dissessem seus votos para que ficasse gravado já que nós não temos as cédulas.

Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça - Instituto o Direito por um Planeta Verde

Com todo o respeito à Dra. Grace o meu voto é para o Ministério da Justiça.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

O meu voto é para a Dra. Grace.

Clarismino Luis - ANAMMA

Por coerência, como apresentei a candidatura da Dra. Grace, voto para a Dra. Grace - CNI.

Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva CONAMA

Assim foi eleita, então, a Dra. Grace, representante do CNI, como vice-presidente da Câmara Técnica que vai, então, co-presidir essa reunião, na verdade no lugar do Dr. Sebastião Azevedo que está ausente. Por favor, Dra. Grace.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Bom gente, como eu comentei hoje na abertura esta é a primeira oportunidade que nós estamos tendo em fazer uma reunião conjunta entre uma Câmara Técnica do CONAMA e outra do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O assunto, eu fui claro, o tema é pertinente aos dois Conselhos, agora, os procedimentos nossos é que são um pouco diferenciados entre as duas Câmaras Técnicas. Então, nós vamos ter que... vamos conduzindo a reunião e na medida que possa haver alguma, vamos dizer, algum procedimento muito diferenciado entre as duas Câmaras, aí nós teríamos que dar uma paradinha para ver como acerta, não é? Uma das diferenças é essa que estão iniciando agora, quer dizer, uma delas, as reuniões das Câmaras Técnicas do CONAMA elas são gravadas e as nossas não são. Eu sei que vocês têm um procedimento também com relação à palavra, os conselheiros, enfim, os representantes, a nossa já tem um procedimento mais aberto, todos podem se manifestar, de uma forma ordenada, mas todos podem se manifestar. Em caso de votação, não, em caso de votação é feito uma votação em aberto por chamada, a gente chama e pede para o representante trazer o voto. Enfim, a gente tem que começar, temos que tentar para ver o que vai... Eu acho que é uma oportunidade muito boa de nós integrarmos esses dois Conselhos, naquilo que... desses assuntos que são comuns dos dois, não é?

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Boa tarde a todos. Eu acho que sim, eu ia sugerir isso também. Para nós da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos eu acho que é um momento bastante frutífero de coisas que a gente já vêm há algum tempo solicitando ao CONAMA que é essa integração maior entre os dois Conselhos, porque muitas vezes a gente tem acompanhado assuntos na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a exemplo da 0-20, por exemplo, que eu acho que foi a primeira questão pontual que trouxe a presença do Conselho de Recursos Hídricos ao CONAMA com a presença do então presidente Gelson Kelman(?) na plenária do CONAMA, debatendo questões que eram afeitas aos dois Conselhos, eu acho que essa nossa reunião de hoje só vem reforçar esse processo que a gente está buscando construir. Não se pode pensar Meio Ambiente ou recursos hídricos como coisas completamente desconectadas. Então, eu acho que é um momento bastante frutífero e tomara que nós consigamos fazer outras reuniões como essa. Na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos nós também costumamos ter um encaminhamento das questões de maneira muito tranqüila, nós procuramos sempre abrir a palavra às pessoas presentes na reunião para que coloquem as suas questões. E em geral, a gente analisa por bloco as resoluções. Então, a gente pega, por exemplo, capítulo 1, a gente analisa o capítulo 1 e as pessoas, conselheiros, interessados vão fazendo destaques e aí a gente vai prosseguindo nesse sentido. Essa em geral é a maneira como a gente costuma proceder na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Mas eu acho que é... vamos aprender fazendo, vamos ver como vai ser aqui a reunião conjunta e a gente vai fazendo conjuntamente.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Talvez fosse bom nós nos auto apresentarmos aqui, dizer o nome bem rápido, a instituição que representa e também qual Conselho, qual Câmara Técnica que pertence, não é?

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Eu represento a Confederação Nacional da Indústria na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Trabalho na Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente e estou como presidente dessa Câmara Técnica. E represento o Ministério também no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Raquel Scalia – CNRH/MMA - Sou relatora da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais Legais do CNRH.

Ninon Machado - Instituto Ipanema - Fórum Brasileiro de (?) e Desenvolvimento Sociais.

José Copertino Tenório - Representando a **APINAN** e o **SINDINAM**.

Maria Luíza Wernek - Representante da **CNI** na **CTIL**.

Patrícia Bozon(?) - Representante da **CNI-IBRAM** na **CTCO(?)** e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Cristina Yuan - Uma das representantes da indústria no **CNRH** e no **CONAMA**.

Airton Bolistain(?) - Representante das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa na **CTIL**.

José Costa - Representando os Conselhos Estaduais de Sergipe e Piauí na **CTIL**.

(?) Cavalcanti Oliveira - Da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, representante das concessionárias e autorizadas de interação hidrelétrica na **CTIL**, **CNRH**.

Marcos Vinicius - Sou representante dos comitês na **CTIL**. Sou do comitê do Rio Mogi de São Paulo.

Eldis Camargo - Representante do **CONAMA**, representante da Agência Nacional de Águas no **CONAMA**.

Emílio Ribeiro - Representante da **ANA** na **CTIL**.

Ana Maria Genazi - Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, participo da **CTIL**.

Maurício Brandão - Eu sou representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e Rio de Janeiro na **CTIL**.

Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça - Representante da sociedade civil, Instituto o Direito por um Planeta Verde, da CTAJ no **CONAMA**.

Raul Silva Telles do Valle - Representante da entidade civil no **CONAMA** sobre Instituto Sócio-Ambiental.

Maurício Andrés(?) - Representante, conselheiro suplente da **ANA** no **CONAMA**.

Roberto Monteiro - Da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério e Conselheiro honorário no **CONAMA**.

Célia Poeta - Representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Participo da **CTPOA** e fui coordenadora do GT que elaborou a minuta de Resolução, procedimento de outorga, licenciamento ambiental.

Leonardo Mitri - Eu sou da **ANA**, representante na **CTPOA** do **CNRH** e relator do grupo de trabalho da **CTPOA** que originou essa proposta de.

Larissa Cayres - Sou representante do Conselho Bahia e Ceará de Recursos Hídricos na **CTIL** e representante suplente do governo do Estado da Bahia na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do **CONAMA**.

Sandra Ferraz - Da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, de Conselho... E participo na Câmara Técnica de Outorga e assuntos legais como convidada.

Ana Paula Melo - Também da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco juntamente ao (?)

Maria Gravina Ogata - eu sou representante do Governo do Estado da Bahia na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do **CONAMA**.

Clarismino Luis – ANAMMA

da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em Goiânia, represento a ANAMMA na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA.

Carlos Hugo Suarez Sampaio - Represento o Ministério da Justiça na **CTIL**, **CNRH** e na **CTAJ-CONAMA**.

Beatriz Carneiro - Da Secretaria Executiva do **CONAMA**.

Tânia Fonseca - Represento a consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

Júlio Tadeu - **CNRH/MMA**

Eu estava conversando com a Grace, a gente estava sugerindo o seguinte: eu pedi para a Célia, estava lembrando do seu sobrenome, para a Célia Poeta para que fizesse um breve relato do porquê do surgimento dessa Resolução, dessa proposta de Resolução e isso aí surgiu dentro da nossa Câmara Técnica de Procedimento de Outorga, ou seja... E depois talvez fosse interessante que a Tânia da CONJUR, pudesse falar rapidinho sobre o parecer que a CONJUR deu sobre esse assunto e daí a gente poderia voltar e abriria a discussão do texto propriamente dito.

Célia Poeta – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo

Em primeiro lugar, boa tarde. Eu vou começar com um breve relato contando como aconteceu a busca dessa Resolução sobre o Procedimento de Outorga e Licenciamento Ambiental. A primeira proposta surgiu por solicitação da ANA em julho de 2002, aonde a ANA encaminhou uma minuta de Resolução para o CONAMA, solicitando a criação de um grupo de trabalho junto ao CONAMA para esse estabelecimento de procedimento de outorga e licenciamento ambiental. Foi aprovado na Câmara e foi criado um grupo dentro da Câmara da Qualidade Ambiental, um grupo específico para tratar desse assunto em outubro de 2002. Foram realizadas três reuniões no ano de 2002, aonde eu era representante do Estado de São Paulo, do órgão ambiental, da CETESB e fui escolhida como coordenadora do grupo também no âmbito do CONAMA. E como relator do meu grupo era a Célia Pimenta, representante da ANA. E nós começamos a trabalhar em cima dessa minuta apresentada pela ANA e depois, na mudança de Governo, em função das mudanças, das alterações que vieram ocorrendo no CONAMA, esse grupo acabou sendo suspenso e aí não deu continuidade. Depois, mais tarde eu fui chamada para fazer uma apresentação sobre essa minuta de Resolução que vinha sendo discutida no grupo do CONAMA, no CTPOA do CNRH. E nessa oportunidade, houve por bem no CNRH, retomar essa proposta de Resolução. E aí foi criado um grupo de trabalho e novamente eu fui escolhida pelos participantes para coordenar o grupo. E nessa oportunidade, foi em junho, agora, foi desse ano passado de 2004, foi instituído um grupo, nesse grupo eu acho importante estar mencionando que nós tínhamos a participação de 21 componentes, aonde, nós tínhamos a presença de 11 Estados com órgãos ambientais e órgãos outorgantes. Fizemos 5 reuniões, iniciamos a discussão com a minuta que já vinha sido apresentada pela ANA anteriormente e discutida no âmbito do CONAMA com algumas alterações. E também para fazer um paralelo, alguns Estados naquela oportunidade, em 2002, não havia nenhum Estado ainda que já tinha procedimento de outorga e licenciamento, resoluções específicas estaduais. Nessa oportunidade no grupo junto ao CNRH, três Estados já tinham essa Resolução: Estado de São Paulo, a Resolução em fase de aprovação, o Estado do Paraná e Minas Gerais com uma Resolução já aprovada e sendo utilizada no âmbito dos seus Estados. Então, para desenvolver esses trabalhos, nós partimos da proposta de Resolução que vinha sendo discutida na ANA e as resoluções estaduais. E aí começamos a discutir com os componentes essa proposta de minuta que hoje está vindo para cá para essa reunião conjunta da CTIL e da CTAJ. É importante também mencionar que eu fui chamada no momento que saiu da aprovação, na Câmara do CTPOA essa Resolução, em função da gente estar envolvendo questão de atos administrativos da outorga e relacionando aos atos administrativos do licenciamento ambiental, eu fiz uma apresentação na Câmara da Qualidade Ambiental do CONAMA. Naquela oportunidade relatei o caso e os representantes do CONAMA entenderam que poderia ser feita uma moção mais para a frente e que a gente poderia continuar desenvolvendo o trabalho. Então continuando, essa Resolução voltou, depois de passada pela CTPOA, passou pela CTIL. E aí como havia sido feito uma solicitação por alguns componentes que participam do grupo de trabalho, que é questão do envolvimento de procedimento de outorga com licenciamento ambiental era importante que houvesse uma integração entre os Conselhos. Só que não é possível fazer uma Resolução conjunta em função de ter regimentos diferenciados e não prever resoluções conjuntas. Aí foi feito uma consulta à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente sobre a questão de quem deveria estar definindo ou se era possível, qual dos Conselhos poderia estar editando ou propondo uma resolução de atos administrativos à outorga com o do licenciamento ambiental. E aí acho que os senhores têm o conhecimento desse parecer, esse parecer falou que encaminha de fato para o CNRH a proposta de minuta dessa

224 Resolução e por que razão? Porque está relacionando as questões de outorga aos atos administrativos do
225 licenciamento ambiental, não está dando nenhuma outra ordem ao órgão ambiental, mas sim relacionando atos dos
226 órgãos outorgantes com a questão do licenciamento ambiental. O que mais eu teria para falar? Léo, você que foi meu
227 relator, alguma coisa para... É importante esclarecer que nesse grupo de trabalho não participavam só órgãos
228 outorgantes, a gente tinha a participação dos órgãos outorgantes de Recurso Hídrico com os órgãos de Meio
229 Ambiente, foi bastante produtivo. A gente sempre destacava a importância da participação dos Estados no âmbito. Eu
230 vou até relacionar os Estados que participaram dessa Resolução, se eu me esquecer Raquel e Léo, por
231 favor: Tocantins, vou começar lá de cima espera aí. Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Bahia, Mato Grosso,
232 Minas Gerais, São Paulo, Paraná, ah, esqueci do Amazonas também, Amazonas, Paraná e Rio Grande Do Sul. Esses
233 foram os Estados, ah, tivemos não a participação efetiva no grupo de trabalho, mas com contribuições por *e-mail*,
234 porque a gente encaminhava para todos os Estados, tanto órgãos ambientais, como gestor de recurso hídrico, a gente
235 teve contribuição do Estado do Piauí. Desculpe, esqueci do Distrito Federal, perdão. Eu acho que é o que eu tinha a
236 relatar, alguma dúvida? Se alguém quiser, estou à disposição.

237
238 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**

239
240 Obrigada, Célia. Só uma pergunta: esta minuta, então, já foi aprovada na CÂMARA Técnica Institucional Legal do
241 CNRH?

242
243 **Célia Poeta – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo**

244
245 Sim, foi.

246
247 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**

248
249 Obrigada. Agora passando para a equipe em função da compatibilidade entre os dois, isso não é CONAMA e...
250 **Célia Poeta – Secretaria do Meio Ambiente de**

251 **São Paulo**

252
253 Não, foi no CTPOA e CTIL.

254
255 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

256
257 Foi aprovada?

258
259 **Célia Poeta – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo**

260
261 Foi aprovada na CTIL, na última reunião que ocorreu. Que foi no dia... estou tentando lembrar, primeira...

262
263 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

264
265 Foi, foi aprovada. Agora, o que nós tínhamos acertado é que nós da CTIL precisaríamos ter essa base para iniciarmos
266 o entendimento com a outra Câmara, não é? Do CONAMA, então...

267
268 **Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental**

269
270 Só queria que esclarecesse então para nós, principalmente do CONAMA, não sei se vai explicar ou não sobre o
271 parecer, mas então qual é o *status* que estamos aqui nós da Câmara Técnica do CONAMA, analisando essa
272 Resolução? Como vocês da CTIL estão encarando? É uma informação, assim: “Estamos aqui, queremos ouvir vocês”,
273 mas isso vai para a plenária? Estão prevendo uma outra aprovação, ou seja, após essa reunião aqui ou nessa reunião,
274 não sei, modificar o texto do que está aqui, enfim, eu queria entender porque, salvo engano, pelo o que está no
275 parecer, é uma Resolução do CNRH, enfim, tudo aquilo que está lá. Portanto, nós do CONAMA, nesse momento, para
276 essa Resolução, somos ouvintes, conselheiros, palpiteiros, enfim... Então eu queria entender como vocês estão
277 pensando em proceder a partir dessa reunião aqui com relação a essa Resolução? Só para saber, enfim, o nível de
278 intervenção que a gente faz, vamos mexer na vírgula, vamos mexer só na idéia...

279

Júlio Tadeu - SRH/MMA

Eu vou te responder, mas eu preferia talvez se a Tânia pudesse, Tânia? Se você pudesse falar um pouco sobre o próprio parecer da CONJUR e daí eu te respondo o que eu imagino que...

Tânia Fonseca - CONJUR/MMA

Boa tarde. Como é do conhecimento dos senhores, este parecer foi editado pela Consultoria Jurídica em razão de um questionamento oriundo do CONAMA, se não me engano. Foi do CONAMA? De vocês, isso já. Então parece-me que, a princípio fica definido que já tem um posicionamento final, o parecer parece-me que está muito didático e o que estabelece, é que são os procedimentos de implementação de ato administrativo, respeitando as competências tanto do CONAMA, no aspecto de licenciamento, quanto do Conselho de Recursos Hídricos para outorga. Então ele vem clarificar e determinar alguns procedimentos para que isso aconteça, vamos dizer, em conjunto. E eu tenho a impressão que definido aqui alguma coisa, o conteúdo trazido da Resolução que foi aprovada não deverá sofrer mais nenhuma alteração de conteúdo. Tem alguma dúvida? Alguma questão?

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Posso tentar fazer um esclarecimento aqui, acho que também tentando responder um pouquinho ao Raul? Eu entendo da seguinte maneira, porque que isso na verdade está voltando ou batendo no CONAMA na CTAJ especificamente novamente. Porque eu me lembro que há algum tempo atrás alguns colegas, colaboradores da ANA, já haviam trazido essa questão na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e nós... acho que o Raul até estava pelo ISA, não foi? Nós achamos que seria no mínimo uma indelicadeza muito grande da nossa parte, enquanto CONAMA, ficar decidindo questões que são originárias, de competência originária do CNRH e nós naquela ocasião havíamos solicitado, então, uma reunião conjunta entre a CTIL e CNRH. É CTIL e CTAJ que é a nossa reunião de hoje, não é? Enfim, eu entendo da seguinte maneira: nós estamos falando aqui de duas competências originárias, de dois Conselhos diferentes, não é? E são essas competências que a gente vai buscar harmonizar aqui. Competência originária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos é a questão, toda questão relacionada à outorga. E a competência originária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, questões afeitas ao licenciamento ambiental. Como na questão da utilização do uso múltiplo das águas, essas questões vêm... *hand in hand*, elas vêm de mãos dadas, não dá para você pensar em uma sem pensar na outra, eu entendo que essa é a razão da nossa reunião. O corpo do texto aprovado na CTIL eu acho que ele reflete os anseios do Conselho Nacional de Recursos Hídricos no que toca à questão de sua competência originária, a questão de outorga. Se nós da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos entendermos que alguma questão relacionada ao licenciamento vai necessitar de um aprimoramento aqui do texto, eu acredito que a gente tenha essa competência, não é? Mesmo porque esse texto ainda vai ser submetido à plenária, plenária do CNRH, não vai entrar na plenária do CONAMA pelas razões que a Tânia aqui já explicitou, ela vai para a plenária do CNRH. A gente aqui vai tentar contribuir para o aperfeiçoamento do texto no que for necessário. Se me permite? Dr. Clarismino da CTAJ, depois Patrícia do CNRH.

Tânia Fonseca - CONJUR/MMA

Aproveitando eu quero só fazer uma indagação: Grace. é só uma indagação, porque eu não acompanho de perto essas questões. Então depois que se fizer qualquer aprimoramento aqui, mas a essência do texto deve ser preservada, não é isso?

Júlio Tadeu - SRH/MMA

Desculpa, só, só, eu acho o que a Grace respondeu, está perfeito, concordo plenamente no que ela falou. Eu acho que esse aprimoramento, só para nós já nos situarmos, tanto na CTIL, mas eu imagino que na CTAJ também, é o aprimoramento só no caráter legal, institucional, nós não vamos entrar na parte operacional, com certeza. Quer dizer, só se tiver algum problema de caráter legal, no nosso caso legal institucional, no de vocês é mais legal.

Clarismino Luis - ANAMMA

É uma dúvida que eu tenho, eu gostaria de fazer uma consulta à Consultoria Jurídica, se torna redundante. É sobre o aspecto da força normativa da Resolução do CONAMA estabelecida pela 6.938 e pela Lei Nacional de Recursos Hídricos. Se elas estão no mesmo patamar e elas têm a mesma eficácia?

Tânia Fonseca - CONJUR/MMA

Bom, entendemos na Consultoria Jurídica que as resoluções derivadas do CONAMA, porque em razão da lei 6.938, claro tem força... não é que tem a força de lei, mas, a gente não pode dizer categoricamente isso, mas produz os efeitos necessários na suplementação da norma principal e entendo que da mesma forma, a gente pode adotar o mesmo raciocínio desta Resolução ou de outras resoluções oriundas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esta questão quanto à eficácia ou eficiência de uma Resolução do CONAMA, eu acho que está quase sendo diminuída, porque ela deriva do alheio das leis importantes, da lei matriz e aí eu acho que cai por terra qualquer forma de minimizar a importância de resoluções.

Patrícia Bozon – CNI-IBRAM

Boa tarde a todos. Eu vou falar como Conselheira no Conselho Nacional de Recursos hídricos que é enfim onde vai ter a decisão, digamos assim, na discussão sobre isso. Até porque na questão da CTIL como já soube, já passou. Eu acho que a integração das políticas de Meio Ambiente e de recursos hídricos é a coisa mais importante. E nesse aspecto a questão da integração dos atos administrativos, não vou dizer que é uma coisa menor, mas é uma coisa que é conseqüente. Então a grande preocupação é a integração das duas políticas. Evitaríamos assim, coisas como foi a CONAMA 20, a revisão da CONAMA 20 que apesar de todos os nossos encontros e desencontros, ainda ficou muita coisa a desejar nesse sentido da integração, há algumas colocações que não coadunam com essa integração e evitaríamos também alguns desgastes que estamos tendo com a APP, principalmente quando a gente refere-se isso à mineração(?) quando a gente vai ler a APP, principalmente as justificativas que vêm nela, a gente vê claramente um desconhecimento total da Resolução número 29, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que trata sobre a questão da intervenção da disponibilidade hídrica que são proteção de manancial e tudo com relação à mineração. Quer dizer, a integração é totalmente desejável e é o que a gente tem que buscar.

Entretanto, e aí agora eu falo mesmo como Conselheira, eu vejo problemas nessa Resolução e como o CONAMA está aqui, a CTAJ está aqui para nos ajudar, eu me sinto na obrigação de colocar esses problemas, porque eles serão colocados de qualquer forma. E vejo o problema primeiro no seguinte aspecto: é uma Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ela trata de LI, LO, LP, eu não sou advogada, mas eu não acho isso correto, depois eu peço até para os advogados da CNI se tiver alguma coisa para complementar, para dar respaldo, uma (?) se atreveu a dizer, por favor. Mas não acho correto, você pode até remeter, dizer: de acordo com o que é o CONAMA, tal, tal, mas ela dizer, não acho correto. Tenho dúvida sobre essa questão da manifestação prévia que é uma coisa que não existe nas leis do Estado, não encontra respaldo. Ela foi dita nessa Resolução número 29 do Conselho, mas como uma proposta alternativa, quer dizer, a Resolução não deixa de ser validada, o que tiver ou não tiver isso. Então não obriga ninguém a criar essa coisa chamada manifestação prévia. Pois é, quando exigível, quando não exigível, não existe, então é quando exigível, é quando a outorga quando exigível, mas a outorga existe. Então a manifestação prévia, eu tenho dúvidas em relação a isso, está criando uma coisa que não tem esse amparo. Bom, outra coisa que eu peço para todos refletirem, aí a Gravina vai poder me ajudar um pouco mais até nisso: é LP, LI, LO, não é uma constante no processo de licenciamento ambiental. Então, exemplo, eu cito e aí foi falado, fixado, participou, tudo bem, mas eu cito um exemplo, não é uma constante, um exemplo. A Bahia no seu processo de simplificação e desburocratização dos licenciamentos, em vários casos junta, não tem essas três etapas, junta, é uma só. ou são duas no máximo. E aí a pergunta que eu faço: então onde não tem essas três etapas, a integração não vale, não é para fazer integração? Porque todo processo de integração, está amarrado a momentos, há momentos de LI, há momentos de LP, há momentos de LO, então se não há esses momentos, não há integração? É a pergunta que eu faço. Lá em Minas também tem um... Eles refizeram aquela DM que qualifica, enquadra os empreendimentos insignificativos em parques ambiental. LI, LP e LO é para empreendimentos insignificativos em parques ambiental. Não são para todos: são para empreendimentos insignificativos em parques ambiental. Quando a gente está lá... Na revisão da DM 01, por exemplo, no Estado de Minas Gerais, 70% dos empreendimentos não recebe exatamente esse processo, LP, LI, LO. É outro processo de licenciamento ambiental. Não estou dizendo que eles estão isentos, que eles podem fazer o que eles quiserem não. Tem um controle, uma fiscalização, mas não é isso, não passa por essa etapa de (?) não são essas etapas, mas que precisam de outorga. E aí a pergunta que eu torno a fazer: não precisa de integração esses casos? Então a integração só se dá quando houver, LI, LO, LP. E fora o caso de ter nomes diferentes, não é exatamente LP, não é exatamente LI, não é exatamente LO. Às vezes quando acontecem outros casos, tem nomes parecidos, pode até ter a mesma afinidade, mas não é exatamente isso e aqui não dá respaldo para isso, É LP, LI, LO, você vai ler é o

tempo todo. Então, eu quero deixar aqui registrado que eu acho complicado. Eu gostaria que as pessoas do CONAMA que foram chamadas a nos ajudar, a nos ajudar nesse raciocínio. Ninguém quer mais integração do que o empreendedor que tem que correr atrás. Mas a leitura que a gente faz do ponto de vista do empreendedor, especificamente, ele vai ter que contratar um despachante ambiental e sair correndo atrás nesse momento. Eu não tenho aqui dúvida nenhuma, quer dizer... apesar de conhecer quem fez, eu tenho o maior respeito às pessoas que se dedicaram a isso, sei das intenções, sei o que se fez, mas infelizmente não traduziu, é isso que eu quero, não traduziu. E aí só para finalizar, no sentido de deixar aí Júlio, no sentido da CTIL e talvez também daqui. Vamos! Nessa integração eu acredito que existem dois instrumentos que são muito mais fácil, mais fácil quando diz: mas são dois instrumentos que nos dão essa integração, com um respaldo muito... um conteúdo muito melhor e mais aceitável que: sistema de informação. Uma revisão da Resolução número 13 de tal forma que a gente pudesse fazer um sistema de informação efetivamente integrado. Aí sim, o órgão ambiental ter a troca de informação através dessa tecnologia maravilhosa que está aí disposta para a gente em termos de informação que é o que pega as malas pretas que saem de Minas Gerais e vem para cá e pode pegar muitas outras coisas. Então, quer dizer, vamos aproveitar o sistema de informação que está aí disponível, a tecnologia que está aí e regulamentar isso, para que isso (?) E o segundo instrumento que é o enquadramento que está na Resolução número 12, me ajuda aí Maurício, os outros, Resolução número 12 que é de enquadramento, que é o instrumento para mim que integra, mas de forma conceitual a gestão de recursos hídricos com a gestão de Meio Ambiente. Na medida que o enquadramento dá aquela coisa de, você... do uso do solo, de você iniciar aquele empreendimento ali em função da quantidade, da qualidade da água e ao mesmo tempo em que você é o comitê que faz esse enquadramento. Então eu só coloco essas coisas, porque enquanto Conselheira e pedia uma revisão. E um último ponto. E aí é como CTIL Institucional Legal. Eu acho que mesmo estando na voz passiva, nós estamos colocando procedimentos para o órgão ambiental sim. Está na voz passiva, mas estamos colocando procedimentos para o órgão ambiental, sim. Dizer que não é porque está falando: que a gente é que tem que ir para lá, mas dizer que tem que ir lá receber. Então, nós estamos colocando, sim. Então eu não acho que também, sobre o ponto de vista institucional e legal, que isto está 100%, que isso respeita toda essa questão. Então eu gostaria de terminar, são essas as minhas colocações.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Rodrigo.

Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça – Instituto o Direito por um Planeta Verde

Primeiramente eu gostaria de dizer que na reunião da Câmara Técnica de Assuntos jurídicos que chegou a analisar essa proposta de Resolução, nós chegamos a trazer uma série de propostas, de emendas, mas infelizmente não houve a discussão, até porque a gente entendeu que era uma matéria... afeta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, esse foi o nosso entendimento. Mas aproveitando agora essa possibilidade da reunião conjunta, eu gostaria de expor os pontos que considero importante. Infelizmente como colocou a Conselheira, o sistema integrado de informações, quando existe, ele é precário e não é integrado. Isso ocorre em muitos locais, as informações não são sequer disponibilizadas, o que acontece hoje em muitos Estados tem que ser considerado como uma exceção. A questão de enquadramento nem sempre leva em consideração a disponibilidade hídrica ou mesmo estudos reais da situação dos copos de água. E houve um outro aspecto que eu coloco, o controle social é praticamente inexistente em todo esse sistema, enfim, no que diz respeito à integração de sistema de recursos hídricos de Meio Ambiente. Acho importantíssimo que a gente possa tentar compatibilizar os procedimentos, acho muito importante, acho que nós temos que rediscutir essa possibilidade de resoluções conjuntas, do CONAMA e do CNRH. Nem que para isso sejam necessárias mudanças no regimento. Eu acho que nós temos que continuar insistindo nisso. Nós já tivemos problemas sérios, recentes, com a revisão da Resolução 020, a Resolução 357 e eu entendo que nós temos que insistir nisso, até porque nós não demos ter duas políticas que não interagem. Agora, chegando à Resolução em si, os pontos que eu considero que a gente poderia estar modificando: primeiro é a questão da manifestação prévia. Apesar dessa terminologia, manifestação prévia, já ter aparecido na Resolução 29 do CNRH, mas naquela oportunidade aparece como ato administrativo e aqui manifestação prévia aparece como qualquer ato administrativo, eu entendo que o ideal aqui seja colocado na forma de outorga preventiva ou, se achar necessário, colocar outorga preventiva e declaração de reserva de disponibilidade hídrica. Eu acho que na verdade aqui deveria ser apenas outorga preventiva, mas eu acho que a terminologia mais adequada é a outorga preventiva que está disponibilizada tanto na Resolução 16 do CNRH quanto na lei 9.984 de 2000, em especial no Artigo 6º e 7º. A declaração de reserva de disponibilidade hídrica aparece no Artigo 7º da lei 9.984. Agora manifestação prévia fica algo muito aberto: aqui considera manifestação prévia qualquer ato administrativo, eu acho que não é qualquer ato administrativo, eu acho que é realmente um ato de

outorga. O equivalente, mas eu entendo que, o ideal é outorga preventiva e não manifestação prévia. Outro ponto que eu acho irrelevante. Eu acho que é dispensável citar as definições 3, 4, 5, 6 e 7 que são as definições de licenciamento e licenças. Isso já está definido na Resolução 237 do CONAMA. Eu acho que se toda vez que a gente fizer uma Resolução, tanto de licenciamento ou correlato, a gente ficar citando definição, isso é, a gente pode ter problema, até porque isso tem leis até estaduais e municipais que infelizmente trouxeram definições inclusive diferentes e com procedimentos diferentes que é mais grave. Então eu acho que é totalmente dispensável, que a matéria afeta ao CONAMA e não à CNRH. No Artigo 5º nós temos que a outorga é sujeito(?) dos recursos hídricos emitido pela autoridade outorgante competente, deve ser apresentado ao órgão ambiental licenciador para a obtenção das licenças de operação. Entendo que aqui o ideal seria citar licença de instalação e não de operação. Eu entendo que o ideal é a licença de instalação. Antes da licença de instalação, antes da instalação da obra, enfim, da aprovação, da instalação da obra, o empreendedor já ter a outorga de uso, eu acho que é por precaução ao próprio empreendedor. E aí automaticamente teremos que modificar o Parágrafo 1º do Artigo 5º. No Artigo 6º eu entendo que também nós devemos melhorar a redação no sentido de ser feito a questão da articulação entre órgão licenciador e empreendedor. Eu acho que aí, não cabe aqui falar em articulação de órgãos licenciadores ou órgãos de gestão de recursos hídricos com o empreendedor. Eu acho que o ideal, enfim, é que a gente tratasse aqui dos sistemas de informações, do sistema de enquadramento, tratar enfim, de quais instrumentos vão estar possibilitando a comunicação adequada entre os órgãos do sistema de gestão de recursos hídricos dos órgãos de licenciamento ambiental, enfim, controle ambiental. Eram essas as minhas considerações, por enquanto é só.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Temos inscritos, o Raul, o Roberto, Copertino, Ninon, Célia, Gravina, você se incomoda de... A gente estava conversando aqui Júlio e eu. Talvez fosse interessante fazer essa primeira rodada então para os colegas colocarem aí suas manifestações gerais. Mas a gente gostaria de encerrar as inscrições e já entrar no corpo da Resolução, quando a gente vai poder então analisar mais detalhadamente os Artigos que senão a gente não vai dar conta de terminar hoje. Então vamos lá? É o Raul. Vamos encerrar, mais alguém quer? Vamos encerrar com o Marcos. Então está, encerrado com o Marcos, Raul, por favor.

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

Eu só queria então fazer aqui uma manifestação geral para a gente concordar sobre o que nós estamos discutindo. Então só para deixar primeiro premissas, para não ter ruídos. Fundamental, demorou para ter uma resolução que integrasse procedimentos, isso já deveria ter acontecido há mais tempo. É uma pena que está desde 2002 e só agora a gente está conseguindo liberar isso. Então, eu acho que a urgência nisso aqui é total, concordo, acho que é isso. O ideal seria que fosse uma resolução conjunta, vamos pensar: no mundo utópico seria ideal que tivesse uma resolução conjunta, porque realmente, na minha opinião, e eu vou concluir com isso, é quase impossível haver uma resolução de um dos órgãos só que possa solucionar 100% essa problemática. Agora sabemos que, entendendo perfeitamente que é demorado, não é possível, têm mil problemas, temos que caminhar para fazer num futuro próximo resoluções conjuntas, mas hoje isso não dá, porque haveria um problema gigante, se acontece numa, se aprova numa, muda na outra. Então concordo com a tese de que deve sair uma Resolução por cada órgão. Mas eu entendo que, do jeito assim, do jeito que está, essa Resolução, essa proposta, não digo nem a redação dela, a gente vai discutir depois, eu não vou entrar agora, eu tenho várias sugestões aqui de aprimoramento, não vou entrar na redação, porque a gente vai entrar daqui a pouco. Mas eu queria colocar idéia. Do jeito que ela está, o procedimento como ela trás para cá, ou seja, a sistemática, a sucessão de atos que eu concordo, acho que está correto essa sucessão de atos que está aqui, mas ela faz com que necessariamente tenha que ser uma Resolução do CONAMA. Necessariamente, há de ter uma Resolução que vincule os órgãos ambientais. O que não significa que deve-se parar isso aqui, esperar sair uma Resolução do CONAMA, não. Acho que tem que se conversar aqui, concordar com as teses, então eu queria colocar isso que eu acho como fundamental. É importante que nós aqui das duas Câmaras, concordemos com a tese de fundo da Resolução. Para que saindo daqui, se aprovando isso daqui, se aprovando essa Resolução então no CNRH, possamos dar início de forma expedita, num grupo de trabalho no CONAMA para que se possa então fazer uma Resolução irmã dessa no CONAMA, para regulamentar aquilo que não é regulamentado nisso. E eu explico, a gente vai entrar no texto, mas eu queria só explicar por que eu estou falando isso. Em linhas gerais aqui o que diz essa Resolução? Que o primeiro ato de todos, numa ordem cronológica, o primeiro ato é o da manifestação prévia, enfim, outorga preventiva, enfim, o que quer que seja. E uma Resolução, estamos todos concordando, inclusive, foi colocado no parecer: que a Resolução no CNRH só pode vincular os órgãos que dão outorga, os órgãos do Sistema Nacional de recursos hídricos outorgantes. A manifestação prévia, portanto, é dada pelo órgão outorgante. O próximo ato é a

licença prévia. Agora, para se obrigar o órgão ambiental a exigir a manifestação prévia, a outorga preventiva, não sei o que, só pode ser uma Resolução do CONAMA, porque precisa estar criando uma regra de licenciamento. Então a partir daí, a partir da licença prévia, a gente pode depois até colocar na lousa, sei lá fica difícil falar, mas a partir da licença prévia é possível por via de uma Resolução do CNRH isso ser vinculado, aí você fica naquela coisa, o que um exige e o outro tem que ter. Ou seja, no fundo é isso, para que uma resolução só possa obrigar, fechar de cabo a rabo essa questão, ele tem que obrigar os órgãos que ela pode obrigar, os órgãos no caso, o Sistema Nacional de Recursos Hídricos a exigir que o solicitante demonstre que conseguiu algo lá no outro sistema, No Sistema Nacional de Meio Ambiente, no órgão ambiental. Como a primeira de todas é a manifestação prévia que é algo do CNRH e depois vem a licença prévia, você não tem como obrigar que na fase de licença prévia o órgão ambiental exija, por via dessa Resolução exija a manifestação do CNRH. Então, enfim, eu só estou colocando isso agora, a gente pode discutir depois o texto a cada ponto, mas para falar que: concordo que devamos aprovar isso aqui, melhorar, aprovar no CNRH, mas eu entendo que não, essa solução na minha opinião, posso mudar de opinião, ela é impossível de ser totalmente solucionada sem uma Resolução irmã do CONAMA que respeite os procedimentos que nós vamos aqui concordar, que nós vamos aqui deliberar. Então, eu acho que é importante essa reunião acima de tudo, além de discutir o texto e tudo mais concordar com a tese, para que essa tese não seja desvirtuada no CONAMA e possamos ter duas resoluções que tratam da mesma coisa, da mesma forma e que se complementam de forma harmônica. Eu acho que esse é o medo, o medo de ter resoluções contraditórias. Aqui ninguém quer isso, nem... ninguém, nem empreendedor, nem órgãos ambientais, recursos hídricos e muito menos a sociedade civil. Então, eu só queria deixar claro aqui que, entendo que tem que ter uma Resolução no CONAMA e que estamos tratando de uma Resolução que vincula apenas os órgãos do sistema de recursos hídricos. Bom, é isso, por enquanto é isso, depois eu vou colocar, mais para a frente, eu tenho várias opiniões sobre o texto, algumas que o Rodrigo colocou, mas vou deixar mais para a frente.

Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA

Tanta gente falou, a gente vai tentar dar uma mínima organizada nas idéias aqui. Primeiro elogiar a Patrícia Bozon sobre dois instrumentos fundamentais da política que são instrumentos cada um em si, portanto complementares, que é o sistema de informação integrado e os enquadramentos (?) de copo de água que devem ser feitos de forma também integrada. Isso são dois princípios basilares de toda política de recursos hídricos com rebatimentos efetivos na política de Meio Ambiente, por isso elogiada a lembrança dela com relação a esse sistema. No entanto, no restante que foi colocado quer me parecer que a Patrícia está vendo uma leitura um tanto quanto equivocada. No falar de LP, LI, LO e os Estados não têm LP, LI, LO, na verdade isso não é tão verdadeiro. O que acontece é que LP, LI, LO é falado na lei 6.938, lei basilar da Política Nacional de Meio Ambiente. Então lá está a Instituição de um Sistema Nacional de Meio–Ambiente, lá está a Instituição de um Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras. Lá está a definição *ipsis litteris* como colocada nessa Resolução em aspecto tão somente didático, para evitar que qualquer usuário ao ler essa Resolução tenha que se recorrer lá, a outra legislação para pegar as definições do que é uma LP, do que é uma LI, do que é uma LO, eles estão tanto na lei quanto no decreto 99.274, e quero crer que está na lei também, mas especificamente está colocado no decreto 99.274. Então se um Estado vem e diz que a LP dele não é a licença prévia, é licença preventiva, ou se é licença de instalação, não é licença de instalação, é licença de implantação, ou se é de operação, não é de operação, é de funcionamento, isso na verdade tanto faz, o importante é que houve a filosofia do sistema de licenciamento (?) Não saia, colega! Amigo! Eu vou exatamente lhe responder agora, por favor! A questão, o problema que ele fala da outorga, que a outorga teríamos que fazer uma legislação via CONAMA para definir a exigibilidade da outorga no processo de licenciamento, eu recomendaria que ele lesse a Resolução 237, ta, ele lendo a Resolução 237, ele vai observar *ipsis litteris* que está lá colocado que um dos requisitos a um processo de licenciamento ambiental, é a outorga de direito de uso. Veja bem, no momento que foi feito a 237, a outorga de direito de uso se referia tão somente a aspectos quantitativo de água. Por existir hoje a outorga também para os aspectos de lançamento de efluentes envolvendo aspectos qualitativos de água, nós nos vimos na obrigação de estabelecer esses novos procedimentos. E por que uma outorga... primeiro falando de manifestação prévia, manifestação prévia que na verdade é tão somente um coletivo, um genérico para caracterizar, sabendo nós que nos Estados, nós temos instrumentos chamados nas terminologias as mais distintas possíveis, equivalendo à mesma outorga preventiva e a reserva de disponibilidade hídrica, nós procuramos dar à manifestação prévia qualquer ato, qualquer ato administrativo inserido no processo, inserido efetivamente no processo de concessão da outorga de direito de uso, há até um pleonismo aí, concessão de outorga e direito de uso é a mesma coisa, outorga de direito de uso, equivalente, correspondente à outorga preventiva, à outorga de direito de uso. Então manifestação prévia é tão somente uma terminologia genérica para caracterizar os diversos atos administrativos que são dados equivalentes à outorga preventiva. Já falei de LP, LI, LO. Já falei que a 237 já está prevista a requisição de outorga na 237. A 237

por sua vez também estabelece tempos e movimentos à votação, tempos e movimentos integrados. Falei do sistema de informações integradas de enquadramento, elogiando Patrícia Bozon por lembrar desses instrumentos complementares. Nós não estamos efetivamente obrigando os órgãos estaduais de Meio Ambiente a nada. Nós estamos complementando a 237, já há a previsão de exigibilidade de outorga e portanto, nós estamos dizendo que nós, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, devemos apresentar ao órgão estadual e não a obrigar ele a nada e dizer e doutrinar ele a nada, que nós devemos apresentar aquilo ali para prosseguir os processos de licenciamento ambiental. Muitas das sugestões que foram discutidas aqui, algumas delas foram incorporadas na última revisão que fizemos no processo. As definições colocadas são de ordem didática, se não quiserem colocar as definições em LP, LI, LO nada muda, Só que a resolução refere-se a LP, LI, LO. Então para evitar que o usuário tenha que recorrer a outra legislação, nós já diversas vezes tanto no CNRH quanto no CONAMA, adotamos a posição de um certo didatismo que tem que ter a Resolução. Portanto, repetimos *ipsis litteris* aqui também as definições que estão lá no decreto 99274. Outorga na LI, ao invés da outorga na LO? Eu sempre fui defensor da outorga na LI, mas acabei sendo convencido de que não poderíamos permanecer com a outorga na LI, porque muitos dos empreendimentos, muitas vezes de largo prazo de maturação na sua implantação, são empreendimentos de obras custosas, vultosas e demoradas, não há utilização de água. Então, a pessoa iria ficar como mico-preto na mão com a outorga de direito de uso, aonde ela não pode fazer direito de uso, porque não está instalando ainda e por estar instalando, não tem o uso efetivo da água que está lá colocada. Por isso colocamos essa outorga para a LO, mas com uma ressalva: sempre que fosse, que não tivesse a manifestação prévia ou houvesse a utilização de água, não houvesse necessidade da instalação, aí sim, a outorga de direito de uso seria exigível na LI. E nós tomamos o máximo cuidado com a redação para exatamente evitar invadir a competência do CONAMA no que se refere àquilo que é de licenciamento ambiental. Obrigado, Sr. Presidente.

José Copertino Tenório - APINAN e SINDINAM

Júlio, eu acho que essa reunião que nós estamos tendo hoje é o início de um hábito importantíssimo de integração entre os dois Conselhos. A democracia que existe no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, muito forte, dado por você e pelos outros membros das Câmaras, permite a participação do empresariado, do setor produtivo principalmente. A simplificação, que eu acho que ela foi dita aqui é uma coisa importantíssima de se conseguir uma (?) entre os dois Conselhos, com uma integração e uma compatibilização dos procedimentos. Lógico, foi dito também que uma Resolução conjunta seria interessante, sem dúvida nenhuma. Em caso polêmico, que se consiga fazer uma Resolução conjunta entre os dois Conselhos, é uma coisa que não deixaria dúvida e mais fácil de ser seguida. Muito obrigado.

Ninon Machado - Instituto Ipanema

Júlio, eu queria saber se isso tem pretensão de entrar na próxima plenária.

Júlio Tadeu - SRH/MMA

Se nós, enfim, aprovássemos aqui (?)

Ninon Machado - Instituto Ipanema

Esta era a idéia. Eu tenho impressão o seguinte: há uma coisa que está subjacente a tudo isso, que é uma idéia de se ter uma economia processual, transparência, para o empreendedor, tem que se facilitar ao empreendedor. Na reunião da CTIL que a gente discutiu esse aspecto também se levantou tudo isso que está se discutindo aqui, de que a gente estava entrando na competência no CONAMA. Meio Ambiente o Artigo 285 da Constituição fala que todos têm que respeitar, é um princípio constitucional, é o Artigo que trata dos princípios todos e que todos não podem alegar não conhecer. O que se está tendo aqui é um processo de simplificação e facilitação. Tanto assim que o cuidado que se teve foi estabelecer diretrizes, a gente não está normatizando, a gente está dizendo: "olha, você vai por esse caminho". Então, acredito que algumas colocações que poderiam ser feitas no sentido até de mencionar, eu não sei talvez no *caput*, alguma coisa dizendo assim: "Tendo em vista esse ato, processo de articulação", alguma coisa que para os *considerando*, algumas coisa para mostrar que esse é o primeiro passo. Não adianta a gente ficar nesse discurso aqui, se a gente não sai da visão para a ação. E também com relação às definições, poderia se falar alguma coisa que essas definições muitas delas já constam da Resolução da legislação ambiental e da legislação de recursos hídricos, respeitadas as competências estaduais, porque pelo que disse a nossa colega lá, fez uma consulta aos órgãos

estaduais plena para que houvesse esse processo. Então, eu... A minha proposta é a seguinte: a gente sair daqui, isso já é um processo mais... com alguma coisa efetiva, já que há um consenso de que essa diretriz, essa norma que está chegando, é uma norma de direção, não é... estabelece diretrizes, é uma resolução que estabelece diretrizes, pudesse ser levada à próxima plenária, já que ela passou pela CTIL, nós discutimos isso na CTIL E que houve um aperfeiçoamento que se fosse no sentido de que o CONAMA concordasse, normas Meio Ambiente, são normas que todos nós temos que cumprir.

Célia Poeta – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo

Boa parte do que eu gostaria de colocar o Roberto já colocou, mas eu queria de fazer uma observação que foi proposta inclusive na reunião da CTIL, de se estar colocando e também no CONAMA ou no *considerando*, no início da Resolução, remetendo que isso havia sido apresentado no CONAMA e inclusive na Câmara Técnica de Controle Ambiental e passou pela Câmara, talvez fosse importante incluir isso, uma vez que a gente não pode ainda fazer Resolução conjunta, porque esse é o sonho. Porque nas resoluções estaduais eu queria levantar que as resoluções são conjuntas, quando o órgão outorgante do Meio Ambiente não está na mesma Secretaria, então saem resoluções entre secretarias. Eu acho fundamental. Como aqui não pode, seria interessante colocar um *considerando* de que foi apresentado na Câmara da Qualidade Ambiental essa Resolução e teve uma manifestação favorável, não fizeram nenhuma manifestação possível, disseram que estavam de acordo e então acordaram com isso. Talvez uma possibilidade. E a outra é de estar talvez adequando alguma linguagem, embora tenham sido levantadas aqui questões da não existência da manifestação prévia e já foi discutido amplamente na CTIL, porque ficou, eu posso dar como exemplo o Estado de São Paulo, não é outorga prévia, não é outorga preventiva, mas é implantação de empreendimento. Implantação de empreendimento e a viabilidade junto ao outorgante de intervir no recurso hídrico. Então, se a gente determinar a palavra outorga preventiva ou outorga prévia, aí por isso que ficou (?) qualquer ato que você citou como, assim, fica muito aberto, a justificativa foi justamente para não estar batendo com as resoluções estaduais existentes aonde lá cada um usa um nome. Licença de perfuração de poço, isso é um ato administrativo do órgão outorgante e que a gente vincula no licenciamento. Então foi dessa forma a questão da manifestação prévia. Eu queria fazer essa intervenção com relação a isso e no resto o próprio Roberto já se manifestou. E fazer o *considerando*, que eu acho que é a parte mais importante.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Eu queria ter mais clareza em relação a quem se destina essa Resolução. Fala dos dois sistemas, no entanto eu vejo assim: a demanda veio da Agência Nacional de Águas e fala “deve”. Deve apresentar. deve isso. deve aquilo. Por outro lado, a palavra disso é diretriz. Diretriz é uma coisa norteadora. Então, pensando nessas duas coisas, sendo norteadora e sendo obrigatória, porque a palavra na qual se expressa é o dever, eu fico imaginando o que eu vou fazer com a Resolução 2.986 do CETRAM, que é o Conselho da Bahia, que definiu para todos os passos em que momento apresenta a outorga, no caso, deve ser apresentada na licença de implantação, existe uma diferenciação entre a norma do Estado e este. Por outro lado, quando fala em manifestação prévia, para nós manifestação prévia [e um termo consolidado da legislação ambiental, que já tem um conceito bastante próprio. É quando o empreendedor deseja um esclarecimento ao órgão da legislação ambiental, que é o esclarecimento... Na Bahia, ele lança mão de uma manifestação prévia, então é uma coisa já consolidada. Isso faria com que nós tivéssemos duas manifestações prévias com teor completamente distinto e aí eu vou ter que concordar com o que a Patrícia falou no sentido de que não existem estas licenças, elas têm outros nomes. Mas é que cada Estado, por conta da 237, abriu o leque de simplificação de notificação de procedimento de licença ambiental que eu não sei se esta norma contemplaria a diversidade que se abriu nos Estados em relação ao próprio cumprimento da norma do CONAMA 237, a quem compete legislar sobre licenciamento, ou disciplinar licenciamento. Quanto à questão de se ter a definição do que é licença, eu acredito que se é para ser o mais integrador possível, colocaríamos todos e principalmente o que é outorga preventiva, o que é... completar o rol, então, porque apresentar só definição do que é licença numa norma de recursos hídricos e na própria não define, eu sei que tem definição em outro... Manifestação, sim, mas outorga preventiva, não tem, não remete. Então, o que eu queria saber, deixar claro a quem se destina, se é obrigatória, para quem, é para a União, é para os Estados, qual o rebatimento que isso vai ter nos Estados, não vai dar cobertura completa de todos os procedimentos de licenciamento, ela vai trazer alguns problemas sim no Estado. Então, eu queria chamar a atenção para isto. O que mais eu tenho aqui? Manifestação. Eu queria esclarecer aqui a que se aplica exatamente, se é um dever ou se é uma diretriz.

Beatriz Carneiro- CONAMA

Só um esclarecimento com relação a esse pedido de inserção do *considerando*. As Câmaras Técnicas do CONAMA são auxiliares, elas trabalham as matérias para que essas matérias sejam levadas às plenárias. Elas não falam em nome do CONAMA, elas não respondem ao CONAMA. Então, eu não sei qual é o peso de você colocar um *considerando* disso. Se ela quis dizer que o CONAMA aprovou, esse negócio é falso. Então, eu acho que tem que ser melhor refletido esse assunto. Eu acho que quando a gente entrar, Bia, talvez quando a gente entrar no corpo da Resolução, aí vai vir uma proposta específica nos *considerando*, a gente pode debater.

Leonardo Mitri – ANAMMA

Primeiro sobre esta última questão que ela comentou, isso na verdade foi uma solicitação da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental. Na verdade nós não sabemos como fazer, o que... qual seria a validade disso. Na verdade foi uma solicitação na reunião que a Câmara Técnica CTCQA, discutiu essa Resolução e aprovou o mérito, claro, não aprovariam para passar para cá para (?), mas aprovaram o mérito e os momentos, tudo o que estavam sendo discutido nessa Resolução, nesta proposta. Segundo esta questão da manifestação prévia, uma questão que foi bastante discutida, ela pediu, solicitou a questão de definir a outorga preventiva. Bom... a outorga preventiva, a própria lei 9.984 ele comentou... qual é o nome dele? O Rodrigo, ele comentou de colocar a outorga preventiva, o nome ou a declaração de reserva; bom, a 9.984 que é a lei que cria a ANA, essa lei define que - expressamente no Artigo 6º que ele mesmo comentou - a ANA poderá emitir outorgas preventivas de uso de recursos hídricos, ou seja, é um ato só da ANA, é um ato na verdade que não vale para os Estados. O ato com o nome outorga preventiva ele não tem valor legal. Os Estados, cada Estado na sua lei de recursos hídricos pode ou não colocar um outro ato com um outro nome, com o mesmo valor legal. Então, tem Estados que têm nas suas legislações outros documentos, então... outorga de implantação, outorga prévia, outorga de empreendimento, licenças. Tem órgãos que chamam inclusive de licença prévia. Então, tem vários nomes diferentes, em função de... nesse caso a gente não tem um nome, uma lei federal que valha para todo mundo, então o que foi feito? Foi feito um nome, foi colocado um nome, já na Resolução 29, então a Resolução 29 ela já colocou, o CNRH já colocou esse ato, na época o pessoal de mineração, o pessoal... defendi, inclusive participei bastante dessa discussão, inclusive este nome foi dado por eles e vale como um nome que coloca como qualquer ato que tenha valor, ou seja, que corresponda com o próprio nome que nós estamos dando aqui, que corresponda à outorga preventiva ou declaração de reserva de disponibilidade hídrica e seria um valor legal. Nesse caso, ela comentou a questão de participação, de como valeria para os Estados, a Bahia, no caso específico do Estado dela, foi um dos Estados que mais participou. Então, teve representação direta e o órgão outorgante participou direto, comentando inclusive que seria interessante para ele ter essa Resolução o mais breve possível para poder estar aplicando essa resolução. Bom, outra questão, sobre a importância dessa Resolução. Foi comentado, esta Resolução, qual seria o valor dessa Resolução. Eu acho que uma questão bastante importante para o sistema é escrever em algum lugar, é uma primeira etapa, é escrever em algum lugar quais são as etapas do procedimento. Então, até onde, a partir de onde que a outorga preventiva ou o ato correspondente, ele deve ser emitido e aonde que o outro ato, a outorga de direito e uso deve ser emitida. Então, a partir do momento que você tem escrito, o que acontece: tem vários Estados, tem vários lugares, vários locais diferentes que têm escrito, alguns Estados têm escrito. Então, a Célia no início falou que Minas, São Paulo e Paraná já têm documentos. Nós temos Estados como Pernambuco, Rio Grande do Norte que participaram desta Resolução e eles solicitaram direto que essa Resolução fosse... para eles seria mais interessante o quanto mais breve ela fosse emitida, para eles poderem replicar aos seus Estados, resoluções do mesmo teor, para poder valer para eles, para eles fazerem... começar a funcionar. Então, eu não vejo, esta questão foi discutida, questão de precisar de... agora, ah, vai precisar de um despachante, eu acho que não, eu acho que agora é que nós vamos saber aonde que vai ser emitido cada documento. É agora que não vai precisar de despachante mais, porque é agora que os documentos vão mandar, os documentos é que sabem onde que têm que ser levados, cada documento que tem que ser emitido. Outra questão que foi discutida foi a questão do momento da outorga de direitos e uso. Questionou que achava mais interessante antes da LI. Na verdade, eu vejo como um grande ganho em termo de prazo, de validade inclusive, esta forma como foi colocado, que a outorga de direito e uso, da forma de como está aqui redigido, ela viria antes do momento em que o empreendedor for intervir em recursos hídricos, ou seja, na maior parte dos empreendimentos, que é o *caput* do Artigo 5º, que é uma coisa que nós vamos discutir mais para a rente, que é o *caput* do Artigo 5º, essa outorga de direito e uso ela seria emitida antes da licença de operação, ou seja, empreendimentos de irrigação, empreendimentos em que só forem utilizar a água, intervir em recursos hídricos, para a sua operação, eles só precisam ter a outorga de direitos e usos, ou seja, a autorização para usar, para alterar. Um empreendimento de irrigação ele pode implantar, ele tendo a garantia de água, ele tendo a preventiva, ele já tendo um documento que fale com ele: você já tem a sua reserva de água para o seu empreendimento. Se ele já tem essa reserva de água, ele pode receber a autorização para estar utilizando apenas no momento de operar. A maior parte

dos empreendimentos são de irrigação ou empreendimentos que não vão intervir durante a implantação. Caso, aí vem o parágrafo, caso o empreendimento intervenha ou tenha necessidade de intervir em recursos hídricos para a sua implantação ou não tenha esta manifestação prévia, ou seja, esta garantia de água, se não tiver esta garantia de água, ou se ele for intervir em recursos hídricos no momento da implantação, aí sim ele precisa da outorga de direitos e usos para estar implantando, ou seja, ele já está intervindo. Ou ele não tem garantia, então ele precisa ter aquele documento autorizativo. Foi isso que a gente colocou. E vale também inclusive para os Estados que não possuem outorga preventiva ou algum ato semelhante. Ou seja, nesses casos, para emitir a instalação, ele já tem que ter a garantia da viabilidade de utilização de água daquele empreendimento. Então, o que acontece, a outorga de direito e uso seria emitida antes da instalação para dar garantia para o empreendedor de que ele tem a possibilidade de utilizar aquela água. Por fim, a questão do Artigo 6º, também foi comentado a questão da articulação entre órgãos, o que ocorre é que alguns momentos, por não serem análises conjuntas, esses... um documento que for analisado ou uma solicitação que for analisada posterior à emissão de outro ato, ou seja, quando no pedido de licenciamento foi analisado e for solicitado alguma coisa do empreendedor, às vezes acontece isso, que modifique o projeto de engenharia ou modifique alguma eficiência de tratamento, alguma coisa desse tipo, o que acontece? Pode ser que aquele documento autorizativo anterior, no caso, ou a outorga preventiva, ou a de direitos e usos, seja alterada, seja necessária a alteração desse documento, então o que a gente colocou? Na verdade nós colocamos a possibilidade desse documento ser alterado em função de uma articulação entre os três órgãos, os dois órgãos e o empreendedor. Então, em função da articulação entre eles, haveria a possibilidade de estar ou o ambiental ou o que for posterior, solicitando a justificativa, discutindo com o empreendedor e com outro órgão a possibilidade de estar sendo modificado isso e modificar inclusive aquele ato já emitido. Então, a gente colocou este Artigo 6º em função na verdade da realidade, do que hoje ocorre realmente nas análises que solicitam isso. Basicamente são estes e ao longo da discussão a gente pode solucionar uma ou outra dúvida se for necessário.

Marcos Vinicius – Comitê do Rio Mogi de São Paulo

Boa tarde. Falar por último é difícil porque tem que ser rápido. Bom, é o seguinte: em primeiro lugar eu queria parabenizar todos nós que estamos presentes aqui que fundamentalmente estamos realizando uma coisa aqui que diminuisse este tal de custo Brasil. Isso tem que estar muito claro na cabeça de todo mundo que esta integração e procedimentos é de fundamental importância. Mas eu começaria parabenizando a Dra. Grace e a Dra. Tânia porque realmente elas colocaram um divisor de águas. Foi falada a questão das competências originárias tanto de um Conselho quanto de outro Conselho e a intervenção de todos os outros que caminhou por aí também. Eu sempre procuro... quando eu peguei esta Resolução, eu sempre digo o seguinte: Eu trabalhei alguns anos nesta área jurídica. Eu não gosto de ficar inventando palavras, inventando modas, eu acho que se você tem que transcrever, transcreva o que está na lei. A primeira coisa que eu fiz quando peguei esta Resolução proposta pela CTPOA, eu fui ver se estava de acordo com a Resolução CONAMA, *ipsis litteris*, não tinha nada, estava perfeita. E eu acho que tem que ser assim mesmo, porque está na moda esta expressão: eu já trabalhei na Planície e no Planalto. Quando você está na Planície, você precisa entender as coisas e você dirige isto para o homem médio, o homem que está lá no dia a dia, o engenheiro que vai ter que tocar a coisa, o despachante ou o não despachante. E isso é muito importante a gente ter aquela clareza no escrever. Está de parabéns a CTPOA, o pessoal demorou dois ou três anos, a gente nota que realmente fizeram consultas e mais consultas e tudo isso foi re-levantado aqui e a gente nota claramente que trilharam o caminho seguro e o caminho certo, separando sempre o joio do trigo. E se o fizeram colocando essas expressões, porque tiveram a certeza de que queriam clarear cada vez mais. Eu acho que uma Resolução tem que espelhar a síntese do trabalho de uma Câmara Técnica, ou de um CONAMA ou de um Conselho. Uma outra coisa que eu gostaria de colocar é que a nossa Resolução CONAMA, que é a 237, que institui o Sistema Nacional de Licenciamento Ambiental, na verdade é isso que ela institui, ela é muito detalhista no sentido de relevar às vezes, mas eu gostaria de lembrar que o nosso sistema, a nossa licença, ela é uma e trina num só tempo. Eu costumo dizer que se você entendeu o nosso sistema, você deve entender o mistério da Santíssima Trindade, para você começar a entender a nossa licença. A partir daí você começa a entender as questões. Por isso nós temos licenciamento simplificado, está lá no Parágrafo 1, Artigo 6º: licenciamento simplificado. Há pequenos empreendimentos que você unifica, junta a LP com a LI. É muito natural isso. E há outros empreendimentos que você não pode fazer isso. Eu costumo dizer que essas resoluções, estas regras, são feitas de acordo com a sanfona. Você abre o fole todo para fazer, mas se precisar você fecha. Você pode abrir todo o fole: a licença é assim, assim... mas se você precisar você fecha, você pode simplificar. E há coisas que têm que ser simplificadas mesmo, o que não quer dizer que eu vou pular ou queimar etapas, vou apenas em relação à natureza do empreendedor e do empreendimento simplificar aquilo. O que é muito bom. Uma outra coisa que eu gostaria de propor, inclusive, como os dois conselhos pertencem ao mesmo Ministério e a Consultoria Jurídica é do mesmo Ministério, eu acho que a gente poderia até criar um grupo para a gente pensar nisso.

Estou de pleno acordo com os colegas: é possível, sim, chegar a fazer uma Resolução conjunta. Eu não vejo dificuldade nenhuma, mesmo porque em um decreto presidencial, o Presidente assina e depois referencia o ministro tal, tal, tal. No fundo, no fundo o que é isso se não uma resolução? São órgãos da mesma essência. A gente precisa entender uma outra coisa: é que a outorga é um requisito anterior ao licenciamento ambiental. Está claro isso. Por isso que foi feito isto. Para evitar toda esta trombada que está tendo. É óbvio que nós estamos ainda dando os primeiros passos, mas nós temos que nos auto-parabenizar, porque nós estamos aqui fazendo um exercício de democracia e diminuição do custo Brasil e todo mundo aqui fala: “olha, estou de pleno acordo que tem que fazer, estou de pleno acordo que tem que fazer”. Mas, mais que isso, nós estamos fazendo, é claro que vamos quebrar a cara, tem um probleminha aqui e um outro acolá, mas vamos criar um método. Infelizmente andando é que se aprende a andar, nadando é que se aprende a nadar, assim é a vida. Uma outra coisa que eu gostaria de dizer é que é importante, eu quero acentuar esta questão da integração do dois licenciamentos, porque se você não tiver a outorga prévia do licenciamento ambiental... porque senão, você pode fazer um licenciamento que é uma verdadeira (?). E aí eu vou entrar em duas questões que você colocou quando falou da questão de manifestação prévia, você fala que é muito genérico. É óbvio que tem que ser muito genérico, porque da consulta, do relato do pessoal que fez aí, você percebe que conversaram com (?), e eu digo para você que existe um comparativo também na Resolução 237, quando se fala em estudos ambientais. Eu não sei por quê cargas d’água, em 97 tentei participar várias vezes, eu mandava para cá: “olha, não é estudos ambientais, é avaliação de impacto ambiental”, porque pela 6.938, o único instrumento que está lá é a avaliação de impacto ambiental, não existia a (?) em 81, a (?) só veio em 88. O gênero de avaliação de impacto ambiental do qual todos os outros são espécies, e (?) inclusive, RAC(?) etc., mas acharam em colocar um gênero de estudos ambientais, por quê? Porque você tem muitos rótulos de mesma essência. O que você chama de RAC(?), eu posso chamar de relatórios preliminares ou alguma coisa que equivale, mas para o direito o que interessa são as vertentes(?), daí porque a preocupação dos nossos colegas (?) parece uma questão muito ampla. Eu acho que nós não temos que ficar muito (?) a esse tipo de coisas. Mas esse genérico abrange todas as possibilidades possíveis, porque o importante é que nós estamos caminhando. Eu peço desculpa por me ter estendido e por sido o último a falar. Muito obrigado.

Júlio Tadeu - SRH/MMA

Nós vamos agora ver o texto, então muito... muito não, mas parte do que foi comentado aqui, na verdade é a respeito das discussões que deveriam ter sido feitas do texto. Mas foi bom, porque já deu um caráter geral e quando nós analisarmos o texto, já tem alguns conceitos já definidos. Um comentário que eu queria só fazer antes de passar o texto, é que eu acho que, como o Marcos falou, a gente pode tirar alguns consensos. Um deles é que esta Resolução é necessária, uma Resolução sobre este tema é necessária. Eu acho que isso é consenso e a gente tem que caminhar. Com relação ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional de Recursos Hídricos. Eu vou repetir aqui, nós vivemos um processo, estamos aprendendo, estamos caminhando, estamos aperfeiçoando este processo. Então, eu não me sinto nada temeroso de dar um primeiro passo nesse processo. Eu acho que é um primeiro passo e a gente vai dar. Pode ter uma ou outra imperfeição que no decorrer deste processo ela vai ficar evidenciada e é uma Resolução. Uma Resolução é um instrumento fácil de ser mudado, principalmente se se está notando que está havendo problema com a Resolução, tanto pelo CONAMA, como pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O que é importante é que a gente dê esse primeiro passo nesse processo. Há uma demanda muito grande com relação a isso, há uma demanda normativa com relação a isso. Eu acho que a gente teria que caminhar nesse sentido. A sugestão do Raul, eu acho interessante, logo no início. De repente precisa nesse encaminhamento e nessa análise procurar buscar aquilo que seria necessário uma complementação através de uma Resolução do CONAMA para reforçar esta Resolução, ou para segurar essa Resolução. O que deveria ser feito é um acordo de cavalheiros, de pessoas, é que a gente partiria do princípio dessa Resolução, ou seja, o que iria...

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

...essência da Resolução.

Júlio Tadeu - SRH/MMA

...essência da resolução, e daí esta necessidade, não sei se... talvez existe a necessidade, se houver a necessidade, encaminharia naquilo que é necessário para complementar. No processo deste tipo, possivelmente deverão surgir no futuro resoluções oriundas Do CONAMA que a gente faria essa complementação, não mudando a essência e procurando não alterar o que já foi decidido no outro Conselho, naquilo que é competência, é claro, de cada um dos

dois conselhos. Mas eu entendo que possa ter uma necessidade mandatória ou em cima dos órgãos ligados ao SISNAMA, não é? Então, não teria uma ligação aqui diretamente conosco. Eu não fico... uma discussão que foi longa aqui sobre o nome manifestação prévia. Está definido para esta Resolução, não é uma coisa tão catastrófica assim, que possa de alguma forma... Agora, o que está por dentro desta definição é que é importante, quer dizer, é todo aquele ato administrativo. Mas essas definições, eu também concordo, eu particularmente concordo que nós, aqui, estamos bem cientes do que se trata, de que isso faz parte da lei, mas possivelmente se nós colocarmos alguma definição, mesmo em caráter pedagógico, eu sou defensor do caráter pedagógico, mas pode ter alguma contestação no plenário e as pessoas no plenário falarem: “Não, por que nós, porém, todavia, aqui”. Daí vai alterar a lei e toca ficar brigando por conta que isso está na lei e que não pode modificar. De repente pode até, se não for necessário fazer uma análise, nesse sentido, tirar. Cita, ou se não cita, ou deixa explícito e seria mais didático: segundo a lei tal a definição é esta, pronto. Está claro que está na lei... Daí a gente poderia caminhar nesse sentido para simplificar e eu acho que poderia integrar as duas... os dois conselhos, enquanto não se faz uma Resolução conjunta, eu acho que poderia integrar dessa forma, nessas análises, o texto básico, este texto é aprovado no primeiro, dependendo da urgência, dependendo do encaminhamento que for dado dentro de cada um dos conselhos e o segundo complementa, nesse espírito, no espírito de complementar aquilo que está e não bater contra, no espírito de complementar.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Eu corroboro o entendimento de que seria de fato necessário a gente pensar em proceder a uma revisão dos procedimentos internos, tanto do CONAMA quanto do CNRH, para que esta possibilidade possa efetivar-se de uma forma tranqüila, sem que a gente precise aqui ficar pensando em malabarismos para tentar de alguma forma espelhar o que um Conselho ou o que eventualmente o outro vá cuidar em relação a matérias conjuntas. Eu gostaria de sugerir como primeiro encaminhamento da nossa reunião conjunta uma recomendação, tanto da CTAJ quanto da CTIL, no sentido de que os conselhos façam a revisão dos seus regimentos internos nesse sentido. Gostaria, se for o caso até de colocar em votação, não sei se os colegas da CTAJ e da CTIL, concordariam com isso, mas assim poderíamos, como primeiro encaminhamento da nossa reunião conjunta, fazer esta recomendação.

Júlio Tadeu - SRH/MMA

Na CTIL a gente vai ou por consenso ou por cansaço.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Mas assim, há instâncias, há presidências destes conselhos que precisam tomar esta decisão. Entendo que as câmaras técnicas não tenham competência de decidir, nós vamos recomendar para que as presidências de ambos os conselhos possam avaliar o quanto antes a modificação dos regimentos internos nesse sentido. Essa seria uma primeira colocação. Com relação à agilidade que será necessária por parte do CONAMA para que de alguma forma espelhe em algum instrumento o que a gente vai decidir aqui com relação a esta Resolução do CNRH, eu gostaria de perguntar à Consultoria Jurídica do MMA se nesse inter-tempo, até que a gente proceda a uma Resolução do CONAMA, a gente sabe que isso em geral demora, demanda algum esforço, não só de tempo como de capacidade humana também, se nesse período se poderia usar algum outro instrumento interno, do próprio MMA, que espelhasse a Resolução do CNRH. Não sei, uma portaria... para que espelhasse essa Resolução do CNRH, no âmbito interno do MMA, para que a gente não caísse em talvez algum perigo de alguma demanda oposta à Resolução do CNRH com relação ao licenciamento e outorgas. Isso é só uma sugestão. Fica algo para a gente pensar também lá na frente. Só para agilizar e a gente não ficar pendente de uma Resolução do CONAMA. Se não haveria um outro instrumento administrativo que pudesse agilizar isso.

Tânia Fonseca – CONJUR/MMA

Grace, parece que talvez um parecer normativo.

Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA

Há a necessidade de colocar aqui uma outra resolução que espelhe no CONAMA o que está sendo colocado dentro do movimento do...

Júlio Tadeu - SRH/MMA

894 Não, não, não.

895

896 **Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA**

897

898 Na verdade eu gostaria de fazer uma pequena leitura: Parágrafo 1º do Artigo 10º da Resolução 237 do CONAMA: “No
899 procedimento de licenciamento ambiental deverá constar obrigatoriamente certidão da Prefeitura Municipal declarando
900 o local do (?) da atividade, estando em conformidade com a legislação aplicar o uso (?) do solo e quando for o caso a
901 autorização para (?) de vegetação e a outorga de direito de uso da água emitido pelo órgão competente”. Então, a
902 determinação entre licença e outorga já está colocada desde 1997 na 237.

903

904 **Júlio Tadeu - SRH/MMA**

905

906 Se houver necessidade, se demorar, eu acho que a resposta da Tânia resolveu esta questão. Se dá um parecer
907 normativo e pronto, resolve a questão na parte legal e daí o CONAMA desenvolve, não é?

908

909 **Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental**

910

911 Nós temos duas ordens de questões: uma questão de essência e outra de forma. Eu queria sugerir e encaminhar aqui
912 para nossa deliberação, de nós primeiro nos atermos à essência que é essa coisa do procedimento, que vem antes.
913 Concordando com isso, porque eu acho que nós temos questões, eu mesmo tenho um questionamento, que o Rodrigo
914 já colocou aqui também, sobre se deve ser da LI ou da LO, enfim. Eu acho que a gente ganha tempo de concordar
915 com isso, discutir isso daí, discutir o texto e depois, concordando com isso, partir para o texto. A gente vai
916 pontualmente discutir. Se a gente modifica o texto para adequar àquilo que a gente concordou aqui e uma outra
917 nomenclatura aí ou definição para quem discorda. Então, o meu encaminhamento é primeiro discutir a essência antes
918 de discutir o texto. E depois a gente vai no texto e espelha aquilo que a gente concordou aqui para que ambos possam
919 encaminhar na CTIL e no CONAMA.

920

921 **Júlio Tadeu - SRH/MMA**

922

923 Eu estou numa dúvida e coloco a dúvida para vocês. Eu acho que essa discussão é uma discussão, pelo menos no
924 que diz respeito a nós do Sistema de Recursos Hídricos, é uma discussão que foi levada dentro de uma Câmara
925 Técnica específica que trata desse assunto. Vindo para a CTIL é que ia ver se isso é legal ou não. Se vier antes ou se
926 vier depois, isso tem um caráter legal ou não tem. O que vem antes e o que vem depois, isso foi discutido como uma
927 parte técnica.

928

929 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

930

931 Eu entendo que a questão jurídica que se coloca aqui é quanto à necessidade do licenciamento ambiental, mas eu
932 entendo que essa síntese de definição técnica, se esse licenciamento ambiental deve vir ou tal ou qual etapa. Nós da
933 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos temos que pontuar se tem que haver o licenciamento ambiental, isso tem que
934 ser atrelado ao licenciamento ambiental. Em que momento isso deve ser feito, cabe aos técnicos analisarem como já o
935 nosso colega, o Júlio já manifestou que isso foi feito e pelo visto também já foi feito no CONAMA. Não sei se é o
936 momento, quer dizer, não sei não, eu entendo que não é o momento de a gente... Na Câmara Técnica de Assuntos
937 Jurídicos, seja CTIL, seja CETAJ, retomar um ponto que foi esgotado do ponto de vista técnico. Agora, com a outra
938 colocação do Raul, eu entendo que é o seguinte: nós temos poucos Artigos, não são muitos Artigos. E eu acho que as
939 questões essenciais que foram levantadas aqui acabam se diluindo por vários Artigos, não é? Começando pelo
940 considerando mesmo já tem colocações de essências aqui que foram feitas com relação aos considerandos,
941 solicitando inclusão de considerandos. Então eu sugeriria que a gente rapidamente passasse à análise item por item
942 do que está aqui, mas em bloco. Então por exemplo: vamos pegar os considerandos, avaliamos os considerandos. Aí
943 vamos no Artigo e vamos fazer 1, 2 e 3 fechando esses três Artigos e depois a (?) Acho que assim a gente agiliza um
944 pouco, não é? Porque já estamos avançando aqui na hora e só temos meio dia de reunião, então...

945

946 **Tânia Fonseca – CONJUR/MMA**

947

948 Grace!

949

950 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
951
952 Oi, Tânia.
953
954 **Tânia Fonseca – CONJUR/MMA**
955
956 Em razão dessa questão dos considerandos, eu acho que eles já contemplam, já trazem a motivação necessária que
957 cita 6938 e a Resolução 237 e no outro, cita a 9433, a necessidade de integração de procedimentos.
958
959 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
960
961 Então, a gente já está avaliando os considerandos.
962
963 **Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva CONAMA**
964
965 Só uma consideração. Antes de a gente começar a análise da Resolução. O que exatamente vai sair daqui? É uma
966 recomendação da CETAJ, da CTIL que vai fazer as alterações ou vocês já vão direto, porque não existe
967 regimentalmente o que a gente está fazendo aqui e eu como responsável por dar o resultado dessa reunião, preciso
968 saber o que a gente vai fazer aqui exatamente.
969
970 **Tânia Fonseca – CONJUR/MMA**
971
972 Eu queria só fazer uma indagação: essa Resolução já foi aprovada?
973
974 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
975
976 Na CTIL.
977
978 **Tânia Fonseca – CONJUR/MMA**
979
980 Na CTIL, pois é. Então as colocações foram feitas a título de colaboração tão somente. É isso?
981
982 **Raul Silva Telles do Valle – Instituto Sócio-Ambiental**
983
984 Essa colaboração é CTIL ou Plenário?
985
986 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
987
988 Gente, eu vou voltar ao que eu disse anteriormente por ocasião do que o Raul colocou que eu acho que vai na mesma
989 linha, não é? As competências originárias dos conselhos. A gente entende que essa é uma Resolução do CNRH, mas
990 como ela trata de um assunto que resvala em uma competência originária que é do CONAMA, que é a competência do
991 licenciamento ambiental, a gente entende e é por isso que a gente resolveu fazer a reunião em conjunto, não é? Por
992 sugestão inclusive da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos lá atrás para identificar os pontos que eventualmente
993 precisariam de algum ajuste se não precisar de nenhum ajuste, principalmente no que toque ao licenciamento
994 ambiental, ok. Agra, eu entendo que esse texto vai ser submetido inicialmente à Plenária do CNRH, a Plenária é do
995 CNRH, não vai ser submetido à Plenária do CONAMA. Então eu acho que nós estamos aqui... Não, isso entrou...
996 solicitação do oficial CNRH, não foi? Como é que entrou essa matéria aqui? Como é que foi a reunião conjunta?
997
998 **Beatriz Carneiro - CONAMA**
999
1000 Em resposta da solicitação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.
1001
1002 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1003

Sim, mas porque nós havíamos sido provocados pelo pessoal da Ana, do CNRH, que trouxe aqui. Então, originalmente essa matéria entrou pelo CNRH. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos vai fazer as suas contribuições ao CNRH e o CNRH vai submeter à sua Plenária.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Só complementando. Se a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA detectar, ou nós detectarmos, que há uma necessidade de uma complementação via CONAMA, daí vocês teriam o tempo para ver o que seria essa Resolução, se for detectado isso. De repente se pode chegar à conclusão que, por exemplo, as definições. Vamos retirar as definições e não se toca mais no assunto, não se precisa mais falar sobre isso dentro do CONAMA. O que eu quero dizer é que pode ter algum outro procedimento aqui indicado que a simples supressão dele pode resolver o problema e aí não precisa o CONAMA... o outro não, o outro é necessário que ele fique nessa Resolução e é necessário que tenha uma Resolução do CONAMA para reafirmar ou para ter essa conclusão.

Beatriz Carneiro – Secretaria Executiva do CONAMA

Então seria um procedimento informal, aqui entre as duas Câmaras.

Ninon Machado - Instituto Ipanema Machado

Nós estamos fazendo uma Ata que vai registrar a presença nossa, está sendo gravado, a gente está deixando de ser burocrata, certo? Pra começar a construir uma recomendação da Conferência do Meio Ambiente (?) isso, aliás da nossa lei, não é? Nós temos que ter consciência que a gente tem que andar para a frente, não ficar na burocracia, não é? Então, isso está gravado lá, está registrado aqui, essa reunião conjunto existiu. Agora, ela vem previamente no sentido de exigir que haja esta articulação e o que nós vamos fazer daqui para a frente para melhorar essa articulação. Temos que ousar um pouquinho. Se a gente vai esperar que isso aconteça, isso não vai acontecer. Júlio, eu ia sugerir que ficasse nesse considerando, alguma coisa expressa, ficando claro, alguma coisa... a linguagem não é essa... que são respeitadas as respectivas legislações para que não haja a necessidade, que a gente está entrando... apenas que nós estamos fazendo articulação. Essas reuniões existem, nós fomos convocados para vir aqui, há uma Ata lá, há uma Ata aqui. Isso aí é um passo, até histórico, se a gente considerar que a gente tem que entender que a gente tem que ousar mesmo.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Só a Gravina depois a gente já entra aqui no...

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Eu estou me sentindo aqui profundamente incomodada de dizer que ouvir a nossa Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos significa ouvir o CONAMA o que não é verdade em hipótese alguma o CONAMA. Eu não quero dizer que ouvindo nossa Câmara o CONAMA já está ouvido. Eu acho que está havendo uma usurpação do CONAMA. Por um motivo muito simples: usurpação no sentido que é legítimo aqui sim, legal e legítimo. Mas é legal e legítimo lá, porque quem licencia, nenhum órgão ambiental está sendo ouvido. Então, cadê? Onde é que estão os órgãos ambientais? Aqui é um Conselho de Recursos Hídricos. Então, eu acho muito bom tudo isso, mas para dizer que ouvindo o CONAMA não é ouvir a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Isso teria que passar pelo CONAMA que é o órgão que disciplina prosseguimentos de licenciamentos.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Para nós aqui também na CTIL, ouvir a CTIL não está ouvindo o Conselho. Eu sempre venho reiterando isso. Em nenhuma câmara técnica, somente câmara técnica de apoio. Agora, é claro se a CTIL numa condição dessa, ela não detecta, em termos legais, ela não detecta nenhum problema que possa vir a ser contestado pelo Conselho, esse já é um subsídio ao Conselho, quer dizer, é um subsídio ao Conselho. Eu acho que vale também para o CONAMA, vocês não estariam decidindo pelo CONAMA, claro que não, mas com a experiência que tem, com a atribuição que tem a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos no CONAMA, senão detectar nada que possa vir a ferir esse conceito eu acho que já é um grande passo com relação ao parecer dentro do CONAMA. Porque senão nós vamos chegar à conclusão

1060 que ou se faz a reunião conjunta entre CONAMA e CNRH ou nós não vamos sair do caminho. Aí fica complicado, não
1061 é?

1062
1063 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1064
1065 Então vos voltar... Eu vou, eu vou... Vamos deixar em aberto a discussão para o considerando, tá? Está ok? Acho que
1066 todo mundo colocou e depois... Vamos ver o tamanho do problema.

1067
1068 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1069
1070 É, exato...

1071
1072 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1073
1074 Porque a gente está na teoria, vamos ver o tamanho do problema. De repente não existe problema ou existe um
1075 problema tão grande que é intransponível. Então, algum comentário sobre o considerando, alguma coisa? Seria bom
1076 que...

1077
1078 **[sobreposição de vozes]**

1079
1080 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1081
1082 Eu pediria na medida do possível que nós não tivéssemos conversas paralelas para que...

1083
1084 **Ninon Machado - Instituto Ipanema Machado**

1085
1086 Eu estou apenas corrigindo o que eu falei a pouco, porque eu não falei no microfone, que eu acho que nesse
1087 considerando tem que ter uma coisa bem clara de que nós não estamos querendo legislar um na competência do
1088 outro. Parece que é meio óbvio pra gente, mas eu acho que em algum momento, eu não tenho ainda as palavras, mas
1089 nesse sentido... talvez previamente isso, respeitado a competência do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do
1090 Sistema Nacional...

1091
1092 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1093
1094 Posso dar uma sugestão a você? Você pode propor alguma coisa por escrito e depois a gente volta? Porque senão a
1095 gente vai perder... Você propõe e depois a gente retorna ao considerando. Vamos ao Artigo 1º. Alguém tem algum
1096 destaque no Artigo 1º? Hugo, você quer? Alguém mais tem algum destaque? Parágrafo único do Artigo 1º, alguém tem
1097 algum destaque? Então nós vamos fazer Artigo 1º e parágrafo único. Hugo, por favor.

1098
1099 **Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça**

1100
1101 O Artigo tem que ser sempre uma sentença completa e aqui a gente não tem. Então a gente tem que colocar “Essa
1102 Resolução estabelece diretrizes...” ou alguma coisa assim, (?) começar com verbo.

1103
1104 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1105
1106 Um de cada vez senão a gente não vai chegar.

1107
1108 **Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça**

1109
1110 Você não pode fazer isso, porque todos os Artigos têm que ter um (?) completo. A Tânia disse que isso não é
1111 necessário.

1112
1113 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1114
1115 É, eu também acho. Acho que assim está bom.

1116
1117 **Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça**
1118
1119 Você nunca começa um Artigo com... (?) completo, todos os outros...
1120
1121 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1122
1123 Esta Resolução estabelece? Isso, assim, é uma questão bem...
1124
1125 **Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça**
1126
1127 A Resolução estabelece diretrizes para...
1128
1129 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1130
1131 Tudo bem, essa Resolução...
1132
1133 **[sobreposição de vozes]**
1134
1135 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1136
1137 Roberto! Por favor, por favor! Dois minutinhos, por favor, Roberto. Por favor?
1138
1139 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**
1140
1141 Eu acho que nós estamos perdendo um tremendo tempo em discutir técnica legislativa numa Resolução, que um
1142 monte de Resoluções vêm dessa ótica, nessa técnica de legislativo que resolve estabelecer isso, aquilo e aquilo outro.
1143 Se fosse outra poderia colocar da forma com o ele quer, mas já está aí, já está discutido isso.
1144
1145 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1146
1147 Posso fazer uma sugestão de encaminhamento? Muito simples, não é? Acho que a Secretaria Executiva do CONAMA
1148 pode fazer essa consolidação, desculpe, a Secretaria do CNRH, com base no que sai nas demais Resoluções. Até pra
1149 vocês manterem uma certa consistência, não é? Em como isso tem sido feito nas outras Resoluções. Então, podemos
1150 colocar como recomendação ou algo assim.
1151
1152 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**
1153
1154 Está ok?
1155
1156 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1157
1158 Parágrafo único do Artigo 1º. Não tínhamos destaque, não é? Vamos partir para o 2º? Artigo 2º, alguém tem algum
1159 destaque?
1160
1161 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1162
1163 Eu acho que a análise é feita no sentido prioritário, mas é prioritário no sentido de necessidade de uma
1164 complementação por parte do CONAMA. Eu acho que prioritariamente tem que ser visto isso.
1165
1166 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1167
1168 Nenhum destaque no Artigo 2º?
1169
1170 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1171

Artigo 3º, Gravina... Rodrigo... Malu? Alguém mais? Vamos lá. Roberto está? Não, ok. Vamos iniciar. Gravina, por gentileza.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Eu retiraria esse “qualquer” porque senão teria que colocar esse “qualquer” pra outros também.

Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça - CONAMA/CTAJ

Essa também seria a minha sugestão.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Tira “qualquer” porque não é qualquer não, porque se fosse licença seria qualquer ato administrativo, outorga seria qualquer ato e não é o caso, então o “qualquer” não faz sentido aí. Além do mais não explicita em que caso se aplica essa manifestação prévia, eu pensei que fosse obrigatória, mas lá pelas tantas, aparece que em alguns casos ela não é obrigatória, então não precisa dizer em que circunstâncias ela se aplica, ou seja, quando que ela é necessária? É isso.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

A pergunta da Gravina é essencial, principalmente para a operação dos Estados, a operacionalidade dos Estados. Então eu vou solicitar aos conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quem puder esclarecer porque a gente entende que isso de fato é essencial. Se alguém puder esclarecer... Célia, é você?

Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA

A questão originalmente estava colocada como Ato Administrativo tão simplesmente e houve uma crítica bastante séria que com o Ato Administrativo - crítica inclusive procedente de Minas Gerais, da procuradoria jurídica do (?) - que da forma como estava de Ato Administrativo emitido pela outorga nós estávamos criando um Ato Administrativo novo chamado Manifestação Prévia. E a intenção da Resolução não é criar um Ato Administrativo novo como outorga preventiva ou reserva de disponibilidades hídricas como Atos Administrativos próprios. Nós queríamos exatamente definir um coletivo, um genérico que caracterizasse todos os Atos Administrativos equivalentes a outorga preventiva ou reserva de disponibilidades hídricas. Por isso a palavra “qualquer Ato Administrativo”, exatamente para caracterizar muito bem que não é um Ato Administrativo novo. São outros atos administrativos que estão reunidos dentro dessa terminologia Manifestação Prévia.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Será que há alguma maneira de nós melhorarmos a redação para que ela de fato possa refletir isso que você falou.

Roberto Alves Monteiro - SRH

Mas, já está colocada eu já falei: “qualquer Ato Administrativo”. E outra coisa: se manifestações prévias e outorgas preventivas, pela própria lei que a criou, e estamos falando de um documento, de um Ato Administrativo que seria equivalente a esse criado por lei, na lei se enaltece como de caráter obrigatório. Ele é do interesse do empreendedor no sentido de reservar as quantidades hídricas necessárias ao seu planejamento, ao seu planejamento estratégico de empreendimento, portanto, não é obrigatório é sim desejável, até como a própria outorga prévia em determinadas situações não são também obrigatórias. Tem mais: tem muita outorga, que se fala na questão desse processo de outorga como (?), nós temos outorgas também que não são obrigatórias que são (?) insignificantes. Então, tudo se reúne nesse processo.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Talvez tirar o “qualquer” e se colocar no plural: Atos Administrativos emitidos... É a mesma coisa que qualquer, mas eu acho que aí tira esse sentido de qualquer.

1228
1229 **Roberto Alves Monteiro - SRH**
1230
1231 Isso foi nota de severas discussões lá na...
1232
1233 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1234
1235 Tira o qualquer e coloca: Atos Administrativos de...
1236
1237 **Roberto Alves Monteiro - SRH**
1238
1239 No plural.
1240
1241 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1242
1243 Exatamente isso que vocês querem falar, não é?
1244
1245 **[sobreposição de vozes]**
1246
1247 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1248
1249 Não, não, não. Não é equivalente.
1250 **[sobreposição de vozes]**
1251
1252 **Orador não identificado**
1253
1254 ...todos, todos também (?), porque a nossa preocupação é se nós estamos criando um Ato Administrativo por uma
1255 Resolução.
1256
1257 **[sobreposição de vozes]**
1258
1259 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1260
1261 Eu pergunto aos colegas da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos se sentem contemplados com a utilização de
1262 “todo” ou colocar no plural, Atos Administrativos?
1263
1264 **Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça – Instituto o Direito por um Planeta Verde**
1265
1266 Nós já temos uma Resolução do CNRH, Resolução 29, de 11 de dezembro de 2002 que fala: Ato Administrativo. Não
1267 tem “qualquer”, nem “todo”, nem plural. Eu acho que se a cada Resolução a gente ficar modificando as definições que
1268 a gente coloca, isso vai começar a criar problema. (?) a Resolução 29, eu acho que a gente tem que padronizar. O
1269 grande problema hoje da legislação ambiental brasileira é que cada uma fala uma coisa. Ou a gente repete o que está
1270 aqui ou modifica-se a outra Resolução.
1271
1272 **Célia Poeta - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**
1273
1274 A questão é que quando a gente foi discutir essa Resolução, verificou-se que essa definição que consta da 29 ela não
1275 está correta e que a gente deveria estar, portanto, a gente fez uma nova definição, não visando que a cada Resolução
1276 vai se mudar as definições, mas tem por bem se a gente está evoluindo no sistema fazer as devidas correções.
1277
1278 **[sobreposição de vozes]**
1279
1280 **Célia Poeta - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**
1281
1282 Eu acho importante deixar claro, a gente detectou não só nessa, em outras Resoluções do Conselho e a gente fez até
1283 menção de estar corrigindo, depois dessa nova Resolução fazer a alteração da anterior, ok.

Maria Luíza Wernek – CNI

A minha preocupação é quanto a eficácia dessa Resolução no âmbito de Estado... Porque veja bem, no âmbito da competência legislativa concorrente, dos entes federativos, quando você... a União vai editar uma lei que está no âmbito da concorrência ou da competência, os três entes têm competência pra legislar, como é que isso (?) Cabe à União estabelecer normas gerais que são diretrizes, princípios a serem observados, não pode nem por lei obrigar Estados ou municípios a tomar um procedimento específico. A competência da União está limitada à norma geral, ela não pode entrar numa coisa específica de cada Estado e município ao mesmo tempo que o Estado e o Município também não pode... Você está rindo mas...

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Eu estou rindo porque esse argumento vai e volta dependendo do interesse.

Maria Luíza Wernek – CNI

Eu acho que uma Resolução do CONAMA ou do CNRH no caso, não poderia entrar no detalhe de dizer se é antes ou depois, não importa se é qualquer ato, o que vale é a substância que está criando um Ato Administrativo que está criado na Lei 9984 que como (?) já disse é uma lei federal destinada à ANA, é regulamentar a ANA, as competência da ANA, como a ANA deve agir. Agora eu acho que deveria parar no Artigo 2º, nas diretrizes gerais, porque não pode obrigar o Estado da Bahia a seguir... aliás esse procedimento das licenças exigíveis já estava desde 1981 na Lei 6938 como diz o Artigo 10, que ela exige licenciamento ambiental, e ela diz: “Sem prejuízo de outras licenças exigíveis”. Qual? A licença municipal, desocupação do solo, da supressão de (?), da outorga já falou expressamente na (?) Então isso é um arranjo procedimental de execução e em cada Estado eles vão se arranjar (?) porque a direção nossa é essa a diretriz é que vocês têm que se harmonizar, diretrizes gerais, pode estar uma coisa. Pra mim, a meu ver é inconstitucional adentrar nesse detalhe de dizer se tem que ser antes, tem que ser... E aqui também está dando competências e atribuições aos órgãos ambientais licenciadores. Está aqui no Artigo 5º, parágrafo 2º, Artigo 4º parágrafo 1º, está no (?) de forma que...

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Maria Luíza desculpe, mas esta discussão já foi vencida na CTIL.

[sobreposição de vozes]

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Olha, veja bem, a gente vai voltar quando a gente entrar no ponto de licença ambiental, de licenciamento ambiental a gente vai voltar a discutir. Agora a gente está no item da manifestação prévia. Quando a gente entrar no licenciamento aí eu acho que vale a pena voltar a discutir, não é?

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Porque essa eterna discussão nossa de: se é nacional, se é federal 9433, isso eu já cansei. A gente tem que achar o que é melhor e... Considerar porque... Mas, tudo bem. Vamos tocar em frente. Sobre essa manifestação prévia vamos encaminhar? Tem uma sugestão de tirar o “qualquer”, deixar atos, ou todo ato. Todo ato.

Representante da ANA

Nós (?) ao conceito da 29, foi a discussão da reunião anterior, porque a 29 é só outorga preventiva mais nenhum outro ato e por isso nós ficamos com receio de ficarmos restrito a isso, está aqui na 29, manifestação prévia: “A Ata que (?) permite dar outorga competente equivalente a outorga preventiva.” Então nós estamos apenas aperfeiçoando o texto e pra isso mesmo está dizendo aqui: “todos os conceitos é para efeito dessa Resolução”.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

1340 Então tem essas três alternativas. Como é que vocês sugerem? Deixa do jeito que está?
1341
1342 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1343
1344 Acho que a questão do “qualquer ato” de fato, acho que causou talvez uma certa reticência, com relação a isso, então
1345 a gente pode colocar todo o ato, acho que espelha a Resolução 29, num... ou atos administrativos, ou todo o ato.
1346
1347 **Orador não identificado**
1348
1349 Todo o ato? Todo? Então está bom.
1350
1351 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia.**
1352
1353 Não!
1354
1355 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1356
1357 Bom! Gravina, depois a gente vê. Não, depois a gente vê, vamos ouvir o que os colegas acertaram.
1358
1359 **Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça**
1360
1361 Eu acho que tanto faz, todo e qualquer, só para esclarecimento, nas resoluções anteriores do CNRH a gente tem
1362 normalmente usado, todo e qualquer.
1363
1364 **Orador não identificado**
1365
1366 Todo está bom.
1367
1368 **Orador não identificado**
1369
1370 Eu não sei como vai representar a CT AJ, se eu e meu colega, nós não estamos... a (?) colocou CT AJ, ah sim...ok.
1371 Não, estou dizendo isso aqui... está bom... pronto.
1372
1373 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1374
1375 Então a gente fica com todo ato administrativo. É isso? Com discordância.
1376
1377 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1378
1379 Bem...o que...vamos tentar, não é? Tudo bem, a nossa intenção aqui é de integrar e tentar de alguma forma fechar o
1380 entendimento que seja confortável. Se vocês não estão se sentindo assim, qual a outra sugestão que vocês teriam
1381 para que a gente possa compor de uma maneira...
1382
1383 **[sobreposição de vozes]**
1384
1385 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1386
1387 ... não dá para ficar, porque nós não podemos através da Resolução, definir alguma coisa que é através de lei. Então,
1388 ata administrativa não. Todos os outros atos administrativos estão definidos através de lei, tanto no federal, quanto no
1389 estadual, então é por isso que está dessa forma, não é uma definição na verdade, é uma...
1390
1391 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1392
1393 Um genérico de todo o ato administrativo.
1394
1395 **Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça – Instituto o Direito por um Planeta Verde**

1396
1397 Eu me manifestei de forma contrária com o seguinte entendimento nós estamos aqui colocando uma situação que visa
1398 simplificar, agilizar procedimentos. Eu acho que isso tem que estar muito claro, eu acho que a gente não pode deixar
1399 uma situação genérica mesmo que o entendimento aqui, da maior parte das pessoas e conselheiros, é de deixar algo
1400 genérico. Eu acho que nós temos sim que deixar muito claro que o documento é esse. Se a lei fala da outorga
1401 preventiva, nunca o conselho poderia ter criado uma outra expressão, ou outro órgão, enfim, estadual, municipal, criar
1402 um outro instrumento. Eu entendo que o ideal seria manter a gente manter, a forma como está na lei, já que a gente
1403 não está mantendo a forma da lei, que é a outorga preventiva, que a gente deixe claro que documento é esse. Porque
1404 senão qualquer ato, qualquer carta de anuência, qualquer papel ali vai ter... como é semelhante, como se fosse a
1405 outorga, qualquer ato valeria e aqui a gente está falando desde um pequeno empreendimento, até um grande canal,
1406 até uma grande transposição.

1407
1408 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1409

1410 Mas a definição no...
1411

1412 **Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça – Instituto o Direito por um Planeta Verde**
1413

1414 Para mim é relevante.
1415

1416 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1417

1418 É relevante? Porque a definição para mim, no meu modo de ver compensa a tua preocupação. Porque, qual seria a
1419 alternativa? Manifestação prévia. A Ata administrativa segundo a lei 9984 da ANA. Ato, não sei o quê... (?) São Paulo
1420 (?) Vai citar todos os atos que foram criados através de legislação específica para dizer que todos eles, nós
1421 entendemos para essa Resolução como manifestação prévia. Isso tudo está resumido na forma que foi colocada aqui
1422 inclusive dá o exemplo aqui. Que corresponda à outorga preventiva ou à declaração de reserva (?), como definidas na
1423 Resolução na 9984/2000, destinada a reservar (?). Bom no meu modo de ver compensa isso aí. Está deixando muito
1424 claro quais são os atos que está se referindo.

1425
1426 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**
1427

1428 Atos equivalentes criados por legislações estaduais.
1429 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1430
1431 Estaduais e federal. No caso a...
1432

1433 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1434

1435 Gravina, você quer falar alguma coisa?
1436

1437 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia**
1438

1439 Eu não gostaria de parar uma discussão por causa de todo, não é todo. Para mim, ainda por cima, que é
1440 correspondente ao (?) muito menos ainda é todo, porque ele tem um destino certo. É aquele tipo, aquele fim. Eu não
1441 quero empatar a reunião por causa disso, eu acho que dá para seguir, apesar de eu não concordar. Mas...

1442
1443 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1444

1445 Eu entendo que esse é um dos itens essenciais. Acho que não é empatar a reunião, é discutir e avaliar. Eu entendo
1446 que isso é um dos pontos essenciais dessa Resolução. Se não é o principal. Então, eu acho que é sobre ele que a
1447 gente tem que se debruçar mesmo. Colegas vamos... posso encaminhar? Eu sugiro então, a gente. Vamos deixar esse
1448 aqui no *stand by*. Vamos prosseguir um pouquinho mais, depois a gente retoma esse item?

1449
1450 **[sobreposição de vozes]**
1451

1452 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1453
1454 ... que desse um exemplo que nos faria coberto por esse (?). Um exemplo só. O meu Estado, esse ato... essa situação
1455 não está coberta por essa definição, se tiver um exemplo fica mais simples, a gente tenta incluir o exemplo aqui. A
1456 gente achar que não vai dar certo é complicado, vamos ver, seguir o exemplo (?) isso não serve. Aí, não serve vamos
1457 tentar resolver, a gente pode (?)

1458
1459 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1460
1461 Essa perspectiva... aí fica numa perspectiva interessante. Uma perspectiva empírica, não é? Do que poderia
1462 acontecer. A gente passa para a frente e retoma? Ok. Ainda no Artigo 3º – item 2, alguém apresentou algum
1463 destaque? Não, porque na verdade está só dizendo o que diz a lei, não é? Está só... todas as outras pontes(?) eu
1464 entendo, então eu vou fazer aqui o meu destaque em relação ao Artigo 3º que foi levantado aqui, não é? Quanto a
1465 viabilidade dessa minuta de resolução, apresentadas essas descrições todas que estão aqui, de licenciamento
1466 ambiental, licença prévia e etc. Houve manifestações no sentido de que na verdade isso seria dispiciendo(?) porque já
1467 faz parte da Política Nacional de Meio Ambiente, essas referências já estão escritas na lei e em outras resoluções do
1468 próprio CONAMA e que portanto não haveria necessidade, digamos, copiá-las no texto dessa Resolução. Acho que o
1469 que a gente tem que decidir aqui é se deve incluir ou não. Quer dizer, acho que não vai haver nenhuma questão
1470 quanto às definições que estão aqui, tipo, definições legais.

1471
1472 **Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça – Instituto o Direito por um Planeta Verde**

1473
1474 Vamos votar.

1475
1476 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1477
1478 Vamos discutir um pouquinho, vamos elaborar um pouquinho antes de partir para a votação.

1479
1480 **Raul Silva Telles do Valle – Instituto Sócio-Ambiental**

1481
1482 Bom! A minha opinião é a seguinte, concordo com o júri que a (?) tem que ser didática tem que estar claro que o (?)
1483 ficar buscando. Por outro lado fico pensando o seguinte: se sempre repetir... mesmo que repitamos esses itens(?), que
1484 está numa Resolução “x”, se depois essa Resolução “x” é modificada, aquela Resolução é modificada é um trabalho
1485 gigante, tem que pensar em todas aquelas outras que se inspiraram nela. Razão pela qual eu acho que tinha que
1486 indicar isso, e já existe uma definição, mas não colocá-las. “Essa definição que está na Resolução do CONAMA 237...”
1487 Modificado lá, automaticamente está modificado aqui. Pois é, ou se tiver que substituir. Mas é isso, se ela for alterada,
1488 altera aí já automaticamente. A gente deixa a definição, a gente começa a criar isso que é o que acontece com a lei
1489 hoje quando não se remete à outra.

1490
1491 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI.**

1492
1493 Eu acho que é interessante e até mais didático, que as pessoas possam se debruçar sobre os outros textos também.
1494 Eu acho interessante.

1495
1496 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1497
1498 Eu acho que tem, então, essa proposta de substituir e endereçar entre a Resolução ou a veia específica, em vez de ter
1499 a definição aqui, eu acho que para mim, no meu modo de ver, pensando como indivíduo aqui, para mim está
1500 razoável... Pronto e aí... Ela tem razão porque se por uma outra Resolução, sem que modificar aqui, modifica lá. Lei
1501 não é modificar lá isso aí deixa de... Está certo, também não pode, então, a gente cita aqui, está bem? A gente faz
1502 isso? Ok.

1503
1504 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1505
1506 Bem, quem vai fazer esse... vocês vão fazer? Posso fazer uma sugestão também? Eu entendo que o *caput* do Artigo
1507 3º talvez tenha que ser adaptado também, porque veja bem, essas definições são as definições legais. Elas não são

1508 adotadas. Elas não passam a existir porque são adotadas a essa Resolução. Elas são resoluções que aí estão, não é?
1509 Quer dizer, independeria de vocês adotá-las ou não, elas permaneceriam, então...

1510
1511 **Orador não identificado**

1512
1513 Eu tinha inclusive uma proposta... As definições adotadas referem-se àquelas constantes da legislação ambiental bem
1514 como relativas à legislação de

1515
1516 **[sobreposição de vozes]**

1517
1518 **Orador não identificado**

1519
1520 Uma outra coisa que eu tinha... nesse *caput* nesse considerando(?), fazer expressa referência a respeitadas sistema
1521 nacional de meio ambiente e sistema nacional de recursos hídricos. Porque quando você fala de sistema você vai
1522 trabalhar com os outros entes que não sejam só a União.

1523
1524 **Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça**

1525
1526 Com relação ao Artigo 3º, você pode ter, essa história aí de remeter ao decreto que tem as definições e colocar essa
1527 nova definição aí como parágrafo único, e daí no parágrafo único, também para fim dessa Resolução uma questão(?)
1528 prévia...

1529
1530 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1531
1532 Hugo talvez você possa ajudar, talvez redigir aqui, com o rapaz. Gravina, por gentileza

1533
1534 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia**

1535
1536 Eu queria só lembrar uma coisa, justamente esse decreto que fala das licenças ele não foi medicionado(?) no
1537 considerando, é isso. No primeiro considerando ele caberia que é o decreto 99 mil...

1538
1539 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**

1540
1541 A 6938 sua regulamentação pelo...

1542
1543 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1544
1545 Olha! Depois a gente, nós da CTIL aqui, a gente precisa criar um pequeno grupo, aí, umas duas ou três pessoas para
1546 a gente redigir isso que está sendo... como a gente vai apresentar...

1547
1548 **Orador não identificado**

1549
1550 Seria no primeiro

1551
1552 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1553
1554 Como nós vamos apresentar isso no conselho nacional de recursos hídricos, então, claro que a função cabe à gente
1555 aqui, não é? Artigo 4º.

1556
1557 **Orador não identificado**

1558
1559 Raul, (?) e Roberto

1560
1561 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1562
1563 Roberto, a discussão do 3º, o que ficou resolvido?

1564
1565 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**
1566
1567 **Orador não identificado**
1568
1569 Eu já falei.
1570
1571 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1572
1573 Foi retirar?
1574
1575 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**
1576
1577 Olha! Eu não disse que “botar” uma coisa para cumprir a legislação, eu acho que é desnecessário “botar” qualquer
1578 coisa de cumprir a legislação, continuo defendendo como sempre defendi nessa carta que, as dissoluções(?) tem que
1579 ser didáticas. Agora vamos tentar chegar num consenso, vamos chegar num consenso desde que busque o consenso,
1580 não é? Uma única posição. Alguém coloca alguma coisa, não está bom, (?)? Espera aí, vamos colocar, há contra-
1581 proposta existente, eu sempre acho que não deve se colocar ao usuário que já tem dificuldade de acesso à legislação,
1582 que ele tem que recorrer à lei 99274(?) resolução 237, ou o que for. Se ele precisa de uma definição a definição tem
1583 que estar onde está, aonde é o instrumento que ele estava querendo.
1584
1585 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1586
1587 Então tem essa proposta de manter, tem a proposta de remeter, eu não queria... a gente entrar muito nesse... sabe?
1588
1589 **Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça - Instituto o Direito por um Planeta Verde**
1590
1591 Está no Artigo 4º.
1592
1593 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1594
1595 A impressão que eu tive, sabe Roberto? Que a gente precisa andar, nós não vamos ficar aqui discutindo agora, porque
1596 não tem prejuízo, sabe? As coisas que não tem prejuízo de... não vale a pena a gente ficar aqui... Enfim, para mim é
1597 consenso que, com a exceção do Roberto, não sei se o Roberto vota, mas nesse consenso a gente vota a remeter...
1598
1599 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA**
1600
1601 Eu só voto no plenário do CONAMA.
1602
1603 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1604
1605 Está certo. O Artigo 4º então?
1606
1607 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1608
1609 Alguém mais? Tem a Cris, o Raul, o Roberto, Gravina.
1610
1611 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1612
1613 Tem a Cris, o Raul, Gravina.
1614 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1615
1616 Gente! Vamos fazer um voto na CTIL, com relação a isso. Na verdade já tinha sido votado na segunda, mas...
1617
1618 **Orador não identificado**
1619

Com essa redação, então não tem porque mudar, mesmo porque, o que a gente tem no dia a dia é usuário que conhece pouco a lei, entendeu? Que vai tentar diminuir o seu custo, não pagando advogado ou despachante para fazer isso, ele mesmo deve fazer. Então, como você mesmo colocou, como não altera você “botar” ou não...

Orador não identificado

posso fazer uma sugestão?

Orador não identificado

Só para concluir. Então você vai em cima situar o decreto, tudo bem! E por finalidade didática coloca embaixo. Não (?) perda nenhuma para isso, como você não colocou não altera, mas para o usuário que não vai buscar o advogado nem o despachante, altera sim. Ele já sabe no decreto o que é que interessa a ele no decreto. O que está citado didaticamente.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Eu tenho uma proposta para fazer, desculpa... é o seguinte: mantém o texto e põe lá, segundo o decreto... segundo a lei... Está bom? Aí, eu acho que está tudo aí e vamos (?), ok? Está bom. Artigo 4°.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Cris, por favor.

Cristina Yuan – CNRH/MMA

Em relação ao Artigo 4° eu gostaria só de colocar uma preocupação em relação a redação, porque do lado do empreendedor eu acho assim, superimportante ter a integração de procedimento no sentido de que isso possa agilizar, não é? A obtenção tanto da outorga como da licença ambiental, a preocupação que eu queria compartilhar aqui é que, a primeira: a manifestação prévia deve ser apresentada logo para a obtenção da licença prévia, quer dizer, isso é no momento em que é protocolado a licença prévia... o pedido de licença prévia que nós temos que já apresentar à manifestação prévia ou você só protocola o pedido de licença prévia e aí deixa correr e quando ela for autorizada, antes que a... concedida a licença prévia, quer dizer, eu acho que isso deveria estar melhor explicitado já que se trata de resolução de procedimento ficar claro em que momento cada coisa vai acontecer, exatamente(?) . Nós estávamos falando aqui de uma Resolução de momento, não é? Quer dizer, o empreendedor, ele tem que estar seguro, quer dizer, no momento em que ele obtém a manifestação, aí só a... só depois que ele vai poder protocolar o pedido de licença prévia ou podem as coisas irem correndo, já está protocolizado e depois você, obtendo a manifestação, você entregaria para fins de obtenção, aí com os documentos mesmo de licença. Esse é um ponto, o segundo ponto que eu queria... isso só vale também a partir do 5°, essa questão. Também em relação ao Artigo 4°, falando aqui: “A manifestação prévia quando exigível, deverá ser apresentada a eventual licença, para a obtenção da licença prévia...” Eu que também no caso da licença prévia, caberia uma expressão, quer dizer, aí teria que ver a questão da redação, mas quando exigível também. Porque há casos em que há entendimentos que a licença prévia não é exigível. Então, eu acho que são pontos que ficaram em aberto, que deveriam ser aperfeiçoados em termos de redação e em outro ponto que eu também queria colocar, também, quer dizer: se você precisa da manifestação prévia no caso da licença prévia e depois da outorga de direito de uso para o fim da obtenção da licença de operação, é o Roberto, cadê o Roberto? O Roberto sabe disso muito bem, nós até já discutimos a Resolução das três (?) de licenciamento. Há uma preocupação nossa quanto a prazos, então, muitas vezes, quer dizer, você pode ter entrado com o teu pedido de outorga de direito de uso e você está dependendo dela para obter a sua licença de licença de operação ou a sua licença de instalação, quer dizer, aqui está dizendo o que você precisa, o que antecede o que, mas nós estamos amarrados aí, em termos também de prazos e nós sabemos que principalmente a licença de instalação, ela está fortemente vinculada investimento e a obtenção de financiamento, e agências(?) de financiamento. Então eu acho que isso aí ficou assim também um pouco solto. A Resolução 237, no caso de licenciamento, amarrou um pouco isso, então, são preocupações, quer dizer, no contexto que eu coloquei. Se é... se visa trazer aí... facilitar e integrar procedimentos, são três níveis de dificuldade que eu acho que não estão esclarecidas, nessa redação. Então, eu gostaria de colocar esses três problemas.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Léo, você pode responder, por favor, à...

Leonardo Mitri – ANAMMA

Bom, primeiro questionamento dela é a questão na manifestação prévia, vamos ler direitinho o *caput* do arquivo. “A manifestação prévia, emitida pela autoridade outorgante competente, quando exigível, deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para a obtenção da licença prévia” O que significa isso, significa para obter, precisa da manifestação prévia, aí a questão é a seguinte, por que a gente colocou esta redação? Essa redação foi colocada exatamente para atender as duas possibilidades, ou seja, para os Estados que fizerem, alguns Estados fazem isso inclusive de restringirem, de no momento do protocolo, tem vários casos, no momento do protocolo do pedido de licença prévia, já exige a outorga prévia preventiva ou ato correspondente. Esse caso está incluso aqui. Tem Estado que no momento do protocolo não exige nada ainda, mas para emitir exige que já tenha a garantia de água, de disponibilidade hídrica, está aqui dentro também. Então, na verdade, o que precisa, na verdade da forma como está aqui o que está? Está falando que para emitir, ou seja, para emitir a licença prévia ele precisa de já ter obtido a manifestação prévia, ou seja, ele já precisa ter garantia de água. Ele precisa ter garantia de que aquele empreendimento tem a água para a utilização dele. Por favor, eu gostaria que ela escutasse. Ele está comentando, eu gostaria que você também escutasse. Por favor. Quando você fala eu fico escutando. Mas, então uma primeira questão é essa.

Cristina Yuan – CNRH/MMA

Há casos em que a licença prévia, meu caro, não é exigível também.

Leonardo Mitri – ANAMMA

Ah! Sim. A questão da licença prévia não ser exigível, isso era o fato se ser um documento do, na verdade uma Resolução vinda no CNRH não foi colocado isso, a gente colocou via, dos documentos que são do CNRH, então... dos dados que vêm do CNRH, então, o objetivo foi um função disso, mas tinha uma terceira questão.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI.

Os prazos.

Leonardo Mitri – ANAMMA

A questão dos prazos. Na verdade, o que ela comentou, não adianta em momento algum, o empreendedor obter uma licença de instalação, se aquele empreendimento dele precisar intervir em recursos para instalar, não adianta não estar amarrado aqui, não ter essa Resolução, se não tiver essa Resolução, ele obtiver essa licença de instalação e não tiver uma autorização para intervir em recursos hídricos, ele não está autorizado a intervir recursos hídricos.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Mas a questão não é essa.

Leonardo Mitri – ANAMMA

Foi essa a questão que ela comentou. Então ela comentou... espera aí...são dois esclarecimentos com relação a isso. Um é essa questão, então não adianta ela... essa questão. A outra questão com relação a prazos, que está dentro do mesmo questionamento dela, o que acontece? Da forma como está aqui redigido, a outorga de direito e uso, ela vai permitida no momento em que o empreendedor precisar intervir em recursos hídricos, o que acontece? Aí, tira aquela história de ser emitida a outorga de direito e uso no momento em que ainda falta muito tempo para o empreendedor de intervir em recursos hídricos, ou seja, em que ele perderia o prazo de validade dessa outorga, ele perderia um prazo de validade, um ano, dois anos, três anos, até o momento em que ele for intervir em recursos hídricos, ele perderia prazo, o empreendedor perderia prazo, nesse caso.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Então eu posso dar uma sugestão, entendo o que você está falando, eu acho que assim, a preocupação que a Cristina, não é? Se eu bem entendi, colocou, é justamente, vamos supor, saiu lá a sua autorização do órgão ambiental. Aí, não é? Quer dizer, não... saiu a autorização do órgão ambiental, aí você vai atrás da autorização dos recursos hídricos, certo? Não é isso que acontece? Agora eu passar, só um minutinho... a preocupação que ela colocou, se eu entendi, Cris, por favor me corrija se não for assim, e o seguinte: saiu a sua autorização do órgão ambiental, você vai atrás do órgão de recursos hídricos e ele te demora 2 anos para te dar a tua... eu acho que o que ela quis dizer em relação a prazo é isso. Que esse prazo do órgão de recursos hídricos, acompanhe o prazo que é dado ao de licenciamento ambiental, é essa a questão Cris? Me corrija se não for bem isso. Eu acho que é assim, é uma questão importante sim, porque você pode perder o prazo de um lado ou do outro.

Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA

É exatamente ao contrário, na verdade não existe licenças ambientais emitidas sem outorga, a questão que Cristina Yuan levanta, é fundamental, o seguinte: existem situações onde não há necessidade da licença prévia, por conseguinte não há licença de outorga preventiva, porque ela estaca(?) um requisito a ser apresentado para licença prévia, se não há solicitação de licença prévia, ele pode até ter outorga preventiva, mas não lhe será útil, será útil para o sistema, ele frente ao sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Segundo: uma das principais coisas que essa Resolução quer fazer, é a articulação entre dois (?) procedimento, do procedimento ambiental que é a outorga de um desses instrumentos, então, esses tempos e movimentos evesivamente(?) eles têm que ser compatíveis, se há uma outorga de, ou melhor dizendo, um projeto de uma licença de instalação, você faz uma licença prévia, levou lá dois anos examinando, então nesse período de dois anos, que está examinando essa licença prévia, também está lá sendo examinado a outorga preventiva. Foi apresentado o projeto básico e se cabe a outorga direito de uso, for requerida para uma licença de instalação, ela terá que ser feita em consonância com esses tempos que estão sendo concedidos para a (?) ambiental, de forma que a alteração que cabe ao final emitindo-se a respectiva outorga requerida para o procedimento...

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Não, Roberto, então, esse é o objeto final, que é a lógica... isso seria o lógico.

Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA

Agora você tem duas situações. Quer dizer, não tem licença prévia e você também tem situação que você não tem outorga. (?) não tem outorga. E não necessariamente não terá que ter licenciamento. Você pode ter licenciamento de um... de insignificante que não tem outorga, portanto, também não pode ser exigível a outorga preventiva, deste que está isento de outorga.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Ok. Agradeço, acho que é por aí mesmo, não é? Eu acho que a lógica aponta nesse sentido, mas tem que ver se o que está escrito aqui, corrobora a lógica. Cris, por favor, não sei se você está... contemplada.

Cristina Yuan – CNRH/MMA

Não, é justamente como eu coloquei forte, o Leonardo apresentou aí, a... o posicionamento do grupo que elaborou a proposta. Eu só queria dizer, Leonardo, que não fica bem... o que fica ruim é que isso fique arbitrário ao primeiro ponto que eu coloquei. A questão de uns pedem no momento da protocolização, outros exigem depois isso traduz insegurança para o sistema. Eu acho que a gente tem que tentar evitar o máximo, é que isso ocorra. Então há vários empreendimentos, muita gente está localizada em diversos Estados e aí um acontece de uma... e os investimentos muitas vezes estão comprometidos em conjunto. Então, era importante que isso ficasse claro, de alguma forma, de que você, quer dizer, não pode um determinado empreendimento você obter... entrar com um pedido de manifestação prévia e depois você protocoliza e aí não sabe... quer dizer, então, isso cria muita insegurança no sistema, eu volto a

1787 insistir, na minha opinião eu acho que isso deveria estar claro, nós precisamos de regras clara e definidas e não ficar
1788 em suspenso.

1789
1790 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1791
1792 (?) Você pode fazer uma proposta?

1793
1794 **Cristina Yuan – CNRH/MMA**

1795
1796 Esse eu posso... e o segundo. Então o segundo é a questão de prazo também, quer dizer a questão do prazo que você
1797 colocou, quer dizer, o que eu coloquei e o que é, vamos dizer assim, da vivência prática do que tem acontecido é a
1798 extrema demora que tem havido, isso tem saída freqüentemente inclusive nos jornais, dos procedimentos, tanto de
1799 outorga em alguns Estados, como de licenciamento, até que a nível federal também. Então o que nós também, mais
1800 uma vez precisamos é ter regras claras, nós... quer dizer, temos compromisso a assumir, a parte do empreendedor,
1801 mas é importante também que o poder público tenha, vamos dizer assim, os seus prazos definidos e na 237 o Roberto
1802 sabe disso, foi um ponto que nós nos pautamos bastante com relação a isso, e que essas coisas ficassem definidas,
1803 porque senão nós não sabemos, eu entro com o pedido de outorga e não sei quando que vou obter.

1804
1805 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1806
1807 Cristina, tem na Resolução 16 nossa, que trata de outorga, eu lembro que a gente tinha discutido esse negócio de
1808 prazo, lá, há não sei quantos anos atrás. O Artigo 8º diz assim: “A autoridade outorgante deverá estabelecer prazos
1809 máximos de análises dos procedimentos de outorga preventiva e de outorga de direito de uso, considerando as
1810 peculiaridades, atividades e o empreendimento a contar da data da protocolização do requerimento ressalvada a
1811 necessidade da formulação de exigências complementares” Quer dizer, a questão do prazo, está de certa forma
1812 contemplada na Resolução de outorga. E aí no ato da... esse ato final é a outorga. É a outorga não é mais a
1813 manifestação prévia, então essa, a outorga ela estaria contemplada aqui o procedimento dos prazos... (?)

1814
1815 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1816
1817 Julio, espera aí, me desculpe. Eu não sou *expert*, não é? Nessa área de recursos hídricos, mas pelo o que você leu, há
1818 uma discricionariedade do órgão outorgante para estabelecer o prazo, na hora em que o (?) protocolize.

1819
1820 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1821
1822 Claro, claro, porque você tem (?) você tem uma Itaipu e tem uma tomada da água com um irrigante de 10 hectares,
1823 então, uma coisa é simples a outra é muito mais complicada, então, dependendo do empreendimento... o que vai
1824 acontecer? Pelo menos, eu lembro dessa discussão, o empreendedor vai saber o órgão, aquele determinado órgão,
1825 ele vai necessitar de cinco meses para as análises. Então, ele vai fazer seus investimentos, vai fazer toda... nos
1826 próximos cinco... ou seja, após os cinco meses, ele vai ter uma noção quando da protocolização (?) do pedido de
1827 outorga se isso não está sendo feito, aí é outros quinhentos, agora, a gente... essa foi a idéia. Não dá para você fixar
1828 um órgão. Eu lembro que nós chegamos a discutir, eu lembro até desse... um ano, daí mais três, daí surgiu toda
1829 aquela coisa. Porque não um ano, porque dois anos. Depende do texto, então ficou esse texto. Eu lembro dessa
1830 discussão muito bem, três anos atrás, não sei quanto tempo foi.

1831
1832 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1833
1834 Então seria o caso da empreendedora a cada projeto, na verdade solicitar ao órgão competente que sinalize, quanto
1835 tempo você vai demorar para...

1836
1837 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**

1838
1839 Ou protocolizou, ele sinaliza.

1840
1841 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**

1842

1843 Ele tem que sinalizar?
1844
1845 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1846
1847 Sinaliza, é o que está escrito aqui.
1848
1849 **Leonardo Mitri – ANAMMA**
1850
1851 E só... é... uma outra questão... Júlio, Julio, sobre a outra questão dela. É sobre o outro questionamento dela.
1852
1853 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1854
1855 Desculpe. Eu não peguei o outro questionamento, eu estava procurando aqui.
1856
1857 **Cristina Yuan – CNRH/MMA**
1858
1859 (?) manifestação prévia ou outorga, é no ato da protocolização da licença ou da obtenção final da licença, o documento
1860 mesmo?
1861
1862 **Leonardo Mitri – ANAMMA**
1863
1864 Da forma como está aqui, como eu tinha falado antes, da forma como está escrito aqui e a gente entende bem claro.
1865 Para a obtenção da licença tem que apresentar o documento, então...
1866
1867 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1868
1869 Se a gente colocar emissão da licença, ou para a obtenção, no estágio final de obtenção da licença, melhora a
1870 redação?
1871
1872 **Orador não identificado**
1873
1874 Posso fazer uma observação?
1875
1876 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1877
1878 É sobre esse ponto?
1879
1880 **Raul Silva Telles do Valle - CONAMA**
1881
1882 (?) mas, eu acho que, se a gente decide uma redação, agora fica meia hora em cima da redação, é uma coisa que..(?).
1883
1884 **Célia Poeta - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**
1885
1886 Eu posso fazer uma complementação, do que o Leonardo está explicando? Por que razão ficou dessa forma aberta? E
1887 até entendo o que a Cristina está falando, tem que ficar mais claro para o empreendedor é o seguinte: que não dá para
1888 a gente criar algumas definições, alguns momentos que vão justamente se posicionar contra alguns Estados, alguns
1889 Estados é condição *sine qua non* a apresentação na protocolização dessa manifestação prévia e para outros Estados
1890 não necessariamente, então eu entendo que como isso a gente está fazendo para o Brasil como um todo, a gente não
1891 pode estar definindo claramente, está deixando na atribuição dos Estado, porque os Estados tem a capacidade de
1892 estar legislando e estão deflagrando seus procedimentos comprados e instantes, eu acho que isso é fundamental. Não
1893 sendo contra essa, então não pode ter na união uma legislação que vá interferir nos Estados, os Estados já tem
1894 legislações específicas sobre isso. Agora uma preocupação muito importante que a gente está fazendo nesse instante.
1895 Entendeu? Ou definir na entrada ou para a... para a emissão é condição, mas tem casos em que o Estado define como
1896 documento instrutório do processo, assim como está estabelecido na Resolução CONAMA 237. Ok? Eu só queria
1897 esclarecer por isso.
1898

Raul Silva Telles do Valle – Instituto Sócio-Ambiental

Sobre este Artigo 4º, é este Artigo 4º que na minha opinião demonstra necessidade de haver uma complementação via Resolução CONAMA, para tornar todo esse esquema aqui que a gente está pensando, elaborando, juridicamente perfeito, eu explico o porquê. (?) demonstra muito claramente isso, ela perguntou, “Olha! Eu tenho que fazer isso no protocolo ou na hora que o órgão vai emitir” Isso está claramente, isso é uma regra para o licenciamento ambiental, é claramente, ou seja, o órgão ambiental ao aceitar o projeto deve exigir no protocolo do projeto, já a manifestação prévia ou não, ele pode deixar que seja protocolado sem manifestação prévia, mas só vai dar a autorização, só vai assinar a licença prévia, não é? Só vai assinar a licença prévia – LP, quando já tiver. Então, vejam que isso é uma regra de licenciamento ambiental. Então olha só como está o Artigo 4º: “A manifestação prévia emitida pela autoridade outorgante, deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador, para obtenção da LP”, salvo melhor juízo não pode a Resolução, qualquer que seja, criar obrigações para pessoas, pode ter obrigações para órgãos. O que está dizendo Artigo 4º aqui, está dizendo obrigação para o órgão ambiental, de que ele só pode dar a licença prévia, quando tiver a tal da manifestação prévia, outorga preventiva ou nome que for, então, esse para mim é o ponto crucial que demonstra que deveria exigir, deveria ter uma Resolução CONAMA. Não pode essa Resolução criar uma obrigação para o órgão ambiental de... ao dar a licença prévia, saber se tem a tal da manifestação, não é por aqui, tem uma Resolução CONAMA, mesmo que a 237 diga genericamente, olha o que diz a 237 Roberto, cadê o Roberto? O Roberto saiu, não é? Mas está lá “No procedimento de licenciamento ambiental” eu estudei um pouco o licenciamento, mas diz lá na 237 que o procedimento e licenciamento é dividido em fases e, portanto, tanto a LP, quanto a LI, quanto a LO são fases dentro do procedimento de licenciamento ambiental. O que nós estamos querendo fazer aqui é tornar claro para o usuário, para todo o mundo, em qual desses momentos que a gente quer que tenha a manifestação prévia. E mais, ainda tem mais, a 237 diz, de outorga, a rigor, poderíamos falar que ela está dizendo que para LP, o sujeito já tem que ter a outorga definitiva e não a tal da manifestação prévia. Portanto, para criar essa regra que eu acho que é salutar, concordo com a tese que tem que ter manifestação prévia (?) LP, não precisa ter outorga definitiva, mas para criar isso é necessário mudar uma Resolução do CONAMA, é necessário mudar inclusive o que está aqui na 237, especificando que, para a licença prévia, é necessário ter a tal da manifestação prévia, e isso no meu juízo só pode ser via Resolução CONAMA. Então tudo o que eu falei, enfim, como eu estava contando que é necessário uma Resolução CONAMA para aperfeiçoar isso, é basicamente em Artigo 4º. Eu tenho depois, vou falar observações sobre as redações dos outros Artigos, mas os outros todos, como já começou o processo dá para a gente fazer uma emissão, ou seja, essa coisa passiva, não sei o quê, é possível obrigar o órgão do outorgante a exigir documentos do órgão ambiental, daqui para a frente é possível, mas esse Artigo 4º é impossível, por via dessa Resolução. Por via dessa Resolução não é possível você obrigar, você começar o sistema, então, eu só queria deixar claro, aqui. Eu nem sei como resolver, para mim a gente pode discutir a redação, mas no meu juízo. Está em aberto aqui para outros discutirem, no meu juízo juridicamente ele não estaria perfeito se não houver uma complementação. E aí, só para complementar, essa é, então, a justificativa, de porque depende de uma outra Resolução. Eu queria entender assim, da Célia a seguinte questão, que para mim está meio confuso: a gente está discutindo aqui uma Resolução do CNRH, na sua opinião ou na opinião do CTIL, não sei, é... para mim, o que eu sempre entendi, que uma Resolução do CNRH ela é uma Resolução nacional certo? Ela obriga a todos, todos os outorgantes, seja a ANA, seja órgãos dos Estados ela obriga. A sua justificativa para que deixasse em aberto, se é no momento do protocolo ou no momento da outorga, mesmo se a gente vai assinar a licença, é que os Estados, cada Estado define de um jeito, mas então, isso não é um impedimento a meu ver, ou seja até a (?) cria uma regra, a partir da regra criada aqui todos os Estados deveriam seguir. OU não é isso?

Célia Poeta - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Deixa eu tentar esclarecer, talvez eu não tenha sido clara na hora que eu me manifestei. A questão é que o Estado pode restringir como tem Estado que restringe, é documento instrutório do pedido de licença à outorgas preventivas, manifestação prévia ou ato administrativo semelhante. No momento em que você define isso numa forma nacional, eu estou dizendo assim, você está já dizendo para todos os Estados que todos tem que agir dessa forma e ele já sabe, por outras resoluções estaduais como Minas Gerais, que não é dessa forma ele entra concomitantemente com o pedido e na hora da emissão da licença é que ele vai verificar a questão da outorga preventiva, entendeu?

Raul Silva Telles do Valle – Instituto Sócio-Ambiental

Está. (?) então o seguinte, porque eu... minha pergunta é:

Célia Poeta - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

1955
1956 Eu não sei... eu não sou advogada, mas...
1957
1958 **Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental**
1959
1960 No momento do protocolo, se aqui definir que é no momento do protocolo, salvo engano, que é o mais efetivo, e na
1961 minha opinião seria o mais correto, eu já estou dizendo a minha opinião...
1962
1963 **Célia Poeta - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**
1964
1965 É. Isso. Eu também penso assim, mas...
1966
1967 **Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental**
1968
1969 Todos os Estados teriam que seguir, a gente não tem que questionar aqui, o que o Estado faz ou (?), a gente pode
1970 questionar com relação ao conteúdo, dizer "Olha! É melhor, tal Estado faz, é melhor", mas a gente não tem nenhuma
1971 afronta, nenhuma competência estadual a definir aqui, essa é minha questão, então, primeiro esclarecido, a gente
1972 pode assim (?) Estado, mas (?) aplica aos Estados, qualquer outorgante, perfeito. Então, eu entendo que se é para
1973 definir deveria se definir aqui no momento da... do protocolo até porque para o órgão ambiental não ter que, gastar...
1974 gasta dinheiro, ele gasta tempo, funcionário, analisa um projeto, na hora que vai dar LP lá para a frente descobre que
1975 aquele empreendimento não tem a manifestação prévia, porque não ter o direito de uso da água lá, então, eu acho que
1976 até para o empreendedor é melhor que esse (?) do protocolo, ele já sabe que pelo menos essa etapa já está vencida e
1977 o argumental vai poder se deter para analisar o projeto com segurança de que a LP vai estar correspondendo, ou seja,
1978 dá para ele seguir adiante, não vai ter que gastar um esforço inútil. Essa é a minha opinião.
1979
1980 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1981
1982 Está bom. Obrigada Raul. A Gravina está inscrita.
1983
1984 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1985
1986 Eu sugiro que talvez...
1987
1988 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1989
1990 Pois não.
1991 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
1992
1993 Que pegasse todas as mesmas pessoas que estão a falar e...
1994
1995 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
1996
1997 Na mesma questão.
1998
1999 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2000
2001 É. Na mesma questão e depois a gente desse encaminhamento. 5:35h. a gente caminha.
2002
2003 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
2004
2005 É na mesma questão? É nessa questão?
2006
2007 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia**
2008
2009 Aqui é o seguinte: o que a gente tem que entender como diretriz? Por que diretriz? Qual é o entendimento que gente
2010 tem que ter com essa expressão diretriz? Porque por exemplo: o Estado não tem outorga preventiva, não se aplicaria,

pelo menos por enquanto o Estado ainda não tem, isso aqui está atendendo exatamente a uma necessidade no nível da União, tantos trâmites, todos esses trâmites, porque se isso aqui não for diretriz, vai desorganizar o que já funciona, então eu quero saber o significado de diretriz e o que significa o “deve” já que é diretriz, entendeu? Eu ainda... a ementa(?) para mim ainda não está resolvida até agora. Porque eu acho que a União não pode dizer, o órgão licenciador não pode dizer, quantos dias leva cada coisa, isso é tramitação concordo com ela, Maria Luíza. Isso é uma coisa que, você vai desorganizar os Estados, então, eu quero saber o que é diretriz a ementa(?), se é essa mesma, que é ela, que é diretriz é uma coisa, se é para obrigar todo mundo é outra coisa, então eu queria esclarecer a ementa(?) antes de continuar, porque eu acho que nós vamos nos debater com todos os demais Artigos que fala em “deve”, “deve”, “deve”. Se é diretriz, é diretriz.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Diretriz para mim é muito claro, diretriz. Mas é uma orientação com poder normativo. Porque senão, se for uma... O grupo quando analisou, eles foram no detalhe em todos os Estados pegando as peculiaridades de cada Estado e tentou deixar o mais, em cada um desses itens, para abranger todas as peculiaridades estaduais, porque por quando eu coloquei naquele item que vocês estavam um pouco preocupados aqui com... que eu perguntei: “Me dá um exemplo que está fora”, Porque eu sei que eles pegaram e que fizeram isso com todos os Estados, e Federal também, então se tiver um exemplo que está fora que não está sendo contemplado? É o exemplo, é aí que nós vamos ter que trabalhar e modificar para atender. Porque por mais que eu reconheça que eu entendo e sempre entendi isso, a lei dos recursos hídricos é uma lei nacional e aí estamos conversados, mas existe um fato, quer dizer, existe um fato, que a (?) estaduais, existe uma divergência nesse conceito aí, se é estadual, se a lei é nacional ou é lei federal, e por aí, se for entrar na justiça vai ficar... não vai chegar a lugar nenhum mas, a gente tem que então fazer... a arte nossa está em estabelecer diretrizes ou estabelecer legislação (?) que não... não é que prejudique, mas que não entre tanto em choque com o que já está estabelecido.

Leonardo Mitri – ANAMMA

Só um instante, então, a primeira reunião desse grupo de trabalho, foram convocados, não só para a primeira, mas para todos, foram convidados os órgãos ambientais e de recursos hídricos de todos os Estados. Então a primeira coisa: era uma discussão nossa que a gente queria, que fossem convidados e que participassem efetivamente. Bom, na primeira reunião a gente pediu e foi feito uma apresentação de todos os Estados presentes, todos os Estados presentes fizeram uma apresentação do que tem, do que eles têm de atos de licenciamento e de atos autorizativos em termos de recursos hídricos e o que cada um desses Estados já tem em termos de outorga... de integração, então tanto de licenciamento, quanto de outorga e de integração.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Quem participou pela Bahia?

Leonardo Mitri – ANAMMA

Não, na verdade nós pedimos para cada Estado mandar representantes, e esse representante, ele representou o Estado da Bahia, ele não representou, agora não...a questão não é essa. O representante que a gente pediu foi que representasse cada Estado e fizesse uma exposição... só um momento que eu concluir. Fizesse uma exposição sobre o sistema que tivesse de integração, de licenciamento dentro de cada Estado. Não vamos discutir essa questão.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

O ponto que tem que ser respondido é o seguinte, foi convidado? Foi.

Leonardo Mitri – ANAMMA

O que eu queria concluir é exatamente isso, a (?) zero da proposta (?) e licenciamento, ela só veio na segunda reunião do grupo de trabalho, na primeira reunião, houve, foi só uma apresentação de todos os Estados presentes e cada Estado encaminhou, os Estados que já tinham documentos legais no caso Minas, São Paulo estava em redação ainda, e Paraná já tinha emitido, esses Estados encaminharam para os outros Estados que tinham documento legal, encaminharam e estas resoluções foram usadas como compilação para a emissão da (?) zero, (?) zero da proposta

que foi encaminhada novamente para todos os Estados, para convocação, tanto da segunda quanto das outras reuniões, então isso eu acho que é uma questão. Agora a questão dos prazos, então, que ele estava comentando eu acho que a gente colocou bem claro, da outorga preventiva e a manifestação prévia ela ser apresentada para emissão da licença prévia, esse é o (?), esse é o caso que está aqui, por que isso? Na verdade a Célia já comentou. Este é o caso geral agora o que acontece, tem Estados que podem restringir isso, o que seria restringir isso? É pedir o documento prévio de recursos hídricos já emitido antes, de protocolar a licença prévia, foi como ele sugeriu que fosse. Como a gente fez? A gente, na verdade, é até interessante que a gente, nós órgãos de recursos hídricos e ambientais que participamos desse grupo, colocamos de uma forma e abrimos uma possibilidade interessante para o empreendedor, se o empreendedor quiser ganhar prazo e ao mesmo tempo protocolar o pedido de licença prévia e o pedido de outorga preventiva, ele pode correr nos dois órgãos, o pedido, ele correr simultaneamente nos dois órgãos e convergir no final, como a outorga ou o documento de autorização de recursos hídricos, para a outorga prévia preventiva, direito e uso, o que for, ele é um documento mais rápido, de análise mais rápida do que o licenciamento, a autorização está olhando só uma coisa que é a questão dos recursos hídricos, se tem disponibilidade para isso, é um documento mais rápido, então, o empreendedor pode. Ele tem essa possibilidade de estar...da forma como está redigido, de protocolar os dois pedidos ao mesmo tempo e ganhar tempo aí, enquanto um órgão... os dois órgãos vão analisar ao mesmo tempo, e como outorga é mais rápida, ela vai ser emitida antes, então... e vale para os casos de balcão único. Essa possibilidade ainda vale inclusive para proposta de balcão único. Porque tem Estados, Minas Gerais, Pernambuco mesmo é um caso também, em que os dois pedidos, são feitos ao mesmo tempo. Eles não podem... eles são feitos ao mesmo tempo, então... só para... terminando esse esclarecimento, resumindo, a gente colocou dessa forma porque dessa forma está incluindo todos os Estados que fizeram as apresentações dos sistemas que eles tem implantados, sem infringir a norma, desses Estados, a forma como eles utilizam hoje.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Deixa eu fazer um questionamento aqui, para o pessoal dos Estados. Da forma como está redigido o Artigo 4º, (?) "Emitida pela autoridade outorgante competente quando exigível" ou seja, essa autoridade outorgante competente pode ser um órgão estadual, que é autoridade outorgante competente, certo? "Quando exigível" não flexibilizaria para que o Estado pudesse se assim entender, agir de outra maneira, ou seja, "quando exigível" aí não seria uma locução flexibilizadora suficiente para garantir que o Estado pudesse atuar de uma outra maneira, se assim entender ou se assim já vem fazendo? Gravina o que você acha?

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

(?)

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Mas qual figura?

[sobreposição de vozes]

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Oi, desculpa. Roberto, se você puder... a gente está fazendo uma pergunta específica.

Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA

Exatamente essa que eu quero responder.

Grace Dalla Pria Pereira - CNI

Só um minutinho, Roberto, eu estou fazendo a pergunta à Dra. Gravina. Um minutinho, não é? Reunião conjuntas(?) até tarde, por favor. Gravina, por gentileza, eu gostaria que você esclarecesse, porque a gente precisa chegar a um entendimento que, não é? Possa contemplar as nossas preocupações. Eu estou te perguntando se autoridade outorgante competente, tudo bem, você estariam contemplados aí com certeza, não é? Os órgãos estaduais. O "quando exigível" você entende que flexibilizaria ou não, algum outro ato de incumbência do Estado?

2123
2124 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia**
2125

2126 Eu estou para dizer aqui, para o Estado não existe essa figura de manifestação prévia, o “quanto exigível”, teria que
2127 estar muito bem especificado aqui. Nessa norma, e eu não encontrei essa coisa bem especificada, então está faltando
2128 isso.

2129
2130 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
2131

2132 Bem, é...

2133
2134 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia**
2135

2136 Quando é exigível a manifestação?

2137
2138 **Orador não identificado**
2139

2140 Qualquer ato que equivale...

2141
2142 **Grace Dalla Pria Pereira - CNI**
2143

2144 A manifestação prévia não é um ato em si. Ela se... o que entendi pelo que está descrito aqui da definição de
2145 manifestação prévia, ela não é um ato em si. Ela é o guarda chuva geral, entendeu? Ela é um nome que deram no
2146 guarda chuva geral. Qualquer ato embaixo desse, é uma... é todo ato administrativo, ela não é um ato, a manifestação
2147 prévia não é uma inovação, na ordem jurídica, porque não se está criando um novo ato, chamado manifestação prévia,
2148 ela é o guarda chuva geral. É só isso, não tem um novo ato, chamado manifestação prévia. Não eu entendo que não.
2149 Não, eu não entendi dessa maneira. Bem, o Roberto está inscrito então? Roberto, por favor.

2150
2151 **Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA**
2152

2153 O esclarecimento é exatamente neste ponto que a senhora colocou que a manifestação prévia está sendo confundida
2154 aqui pela Bahia como outorga preventiva que é obrigatório o estado ter outorga preventiva. O Estado não é obrigado a
2155 ter nada. A sua legislação estadual vai definir lá o instrumento jurídico “xpto” que equivale à outorga preventiva. É isto
2156 que está sendo dito, como a senhora bem colocou, que é um guarda-chuva. Segundo ponto: “quando exigível”.
2157 Quando exigível pelo processo de licenciamento. Você pode ter um processo de licenciamento determinando as
2158 situações em que o processo de licenciamento não seja exigido uma outorga porque não lide com água. Então, é
2159 nesse sentido. O outorgante... a manifestação prévia é emitida, quando exigido, deve ser apresentada para os efeitos
2160 de licença prévia. O colega colocou dos tempos de movimentos; o Léo já respondeu. O corpo(?) é o geral. A
2161 manifestação será apresentada para obtenção. Então, o ponto final do negócio é o seguinte: a única coisa que nós
2162 podemos dizer é o seguinte: para obter, para emitir a licença prévia, se exigido, tem que ter, chegar junto previamente
2163 a isso, a outorga (?), a outorga prevê a manifestação prévia, a outorga preventiva. Então, se o Estado quiser ser mais
2164 rigoroso ele pode ser o quanto queira. Agora, o que nós podemos dizer é o seguinte: não poderá sair nenhuma licença,
2165 se for exigível a outorga, sem aquela respectiva outorga. É isso que nós estamos querendo, só que no sentido inverso.
2166 Nós estamos dizendo que nós devemos apresentar a outorga para que seja expedido o ato específico de
2167 licenciamento. Agora, não é uma coisa obrigatório.

2168
2169 **Airton Bolistain(?) - Organiz. Técnicas de Ensino e Pesquisa**
2170

2171 (?), me parece que essa discussão volta àquilo que a gente vem discutindo há vários anos que tem chamado a
2172 atenção. Volta e meia a gente esbarra na questão do pacto federativo. Quer dizer, essa legislação brasileira que adota
2173 um princípio que vem de um país unitário, não federativo e que você tem que acomodar num país federativo. A gente
2174 está sempre esbarrando. Então, eu concordo com o que ela colocou. A gente ficou no impasse e toda vez nós temos
2175 esse problema quando a gente vai discutir aplicação de uma norma federal e a estadual. A gente fala: política nacional.
2176 Essa norma, na aplicabilidade dela, você sempre esbarra no impasse federativo. A União não pode impor aos estados
2177 uma legislação. Então, vem a discussão. A Constituição diz que cabe à União legislar sobre recursos hídricos. Então,
2178 se essa é uma questão que vem de fundo desse problema, quer dizer, o país adotou equivocadamente um modelo de

país americano(?) que tem uma lógica federativa, então nós temos que conviver com isso. Então, eu acho, na minha visão, que as normas que forem de procedimento de visão nacional elas deveriam não pautar nos detalhes, quer dizer, se se pleiteia que ela seja cumprida por todo mundo, se elas fossem necessariamente diretrizes, como diz a Resolução. Agora, se você bota uma diretriz: “deve fazer isso, deve fazer aquilo”, você está impondo aos estados e aí eles vão questionar, você não pode impor. Então, a gente sempre esbarra nessa questão. Eu acho que se a gente quer que uma legislação seja absorvida no plano nacional, eu acho que o Conselho Nacional deveria colocar diretrizes que nenhum Estado possa ir contra essa diretriz, mas ele pode restringir. Se a gente já começa a restringir no detalhe de uma norma nacional, vai sobrar o quê para o Estado? Se não pode restringir, não vai cumprir? E ele vai evocar o pacto federativo e dizer que não é obrigado a cumprir. A gente fica sempre nessa discussão que a gente vai e volta. Você lembra que eu solicitei uma vez que fosse feita (?) uma consulta jurídica de constitucionalidade desses posicionamentos de nova legislação, porque a gente sempre esbarra nisso.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Esta consulta jurídica... eu só... não vamos entrar nesse assunto. Essa consulta jurídica na verdade é uma decisão do Supremo Tribunal Federal, quer dizer, não tem outra. Porque... Tem cinquenta advogados de uma lado, cinquenta de outro. Tem. Eu assisti. O Paulo Afonso (?) Machado acha que é nacional. O outro de São Paulo, o Tito Amari(?), acha que é estadual, acha que é federal, enfim.

Maria Luíza Werneck - CNI

O estado não tem competência para isso.

[sobreposição de vozes]

Marcos Vinicius - CTIL

Eu só queria propor que a gente ficasse nas diretrizes, que não entrasse no detalhe.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Então, a proposta de encaminhamento... é Airton Bolistain(?) - Organiz. Técnicas de Ensino e Pesquisa, não é? O seu nome. Então, Airton, por gentileza, se você puder ajudar a redigir uma forma melhor, talvez junto com a colega dos estados, a Gravina, para mais bem adequar o texto. Porque aí a gente encaminha de uma forma mais fácil. Você pode fazer essa gentileza? Gravina, talvez os outros Artigos que tenham essa expressão “deve”, pensar de uma maneira que isso não fique colocado comum uma...

Tânia Fonseca – CONJUR/MMA

Pelo o que eu pude observar aqui, do pouco que eu sei, eu tenho a impressão que esta Resolução está resguardando as competências dos estados. Ela não está detalhando a ponto de desvirtuar isso. Está dando uma regra geral e se tirar “deve ser”, esvazia qualquer foco(?) que se tem para fazer essa chamada integração, porque se a gente tirar a expressão “deve ser”, não há... a Resolução perde, fica vazia. E eu acho que foi muito bem... que as competências dos estados tudo isso foi avaliado. Afinal de contas, essa Resolução foi elaborada numa Câmara Jurídica. A Dra. Eleonor estava presente? Estava. Então, eu acho que esta questão...

[sobreposição de vozes]

Tânia Fonseca – CONJUR/MMA

Eu acho que eles tiveram essa preocupação.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA, é constituída só por advogados, ao passo que a Câmara Técnica Institucional Legal do CNRH não é. É isso que ela está querendo colocar.

2235
2236 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2237

2238 Mas ainda bem que não é. Porque o assunto que nós estamos tratando é multidisciplinar. Se fosse tratado com um
2239 foco só, se tivesse só engenheiro civil, nós íamos ter erros absurdos. Eu tenho certeza que se tivesse só advogados ia
2240 ter erros absurdos. Então, como a política é multidisciplinar, isto está muito claro, ainda tem que a nossa Câmara não é
2241 constituída só de uma profissão. Eu acho que isso só vem enriquecer, e como eu mencionei no início, eu tenho
2242 aprendido muito com outras pessoas. Mas a Somara(?) queria fazer um comentário e daí a gente tenta encaminhar.
2243 Por favor.
2244

2245 **Somara(?)**
2246

2247 Para ponderação de todos nós, vejam lá, esta Resolução... está dito lá que é estabelecer diretrizes para a integração
2248 dos procedimentos. Eu entendo que lá, a partir do Artigo 4º, onde você vem colocando o que deve ser feito para que
2249 haja essa integração, se você retira isso, conforme foi colocado lá pela Tânia, você perdeu o sentido dessa Resolução,
2250 porque ela se propõe a integrar procedimentos. Eu sugiro também que se todos fizéssemos um exercício de elaborar
2251 um fluxograma e cada (?) conquistar (?) e o (?), você vai ver que essa Resolução, da forma como ela está, ela
2252 contempla essas preocupações que foram colocadas, sem amarrar ninguém. Seria interessante se fizéssemos esse
2253 exercício de fluxograma. Precisa de uma manifestação prévia, precisa. Qual é o passo que eu tenho que dar? Obter
2254 essa manifestação prévia. Precisa de licença prévia? Precisa. Então, para consegui-la, eu tenho que ter essa
2255 manifestação. Não precisa de licença prévia? Passa para o passo seguinte. Então, se fizéssemos esse exercício de
2256 estabelecer esse fluxograma clarificaria muitas das dúvidas que estão sendo colocadas aqui e, assim, ponderemos a
2257 respeito do seguinte: essa Resolução é para estabelecer diretrizes para quê? Para integrar os procedimentos de
2258 outorga. Se você retira o que está posto lá a partir do Artigo 4º, você não vai estar fazendo essa integração a que ela
2259 se propõe.
2260

2261 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2262

2263 Só complementando, eu volto a insistir que a gente tem que ter essa visão. O “deve” aqui no caso, como diretriz, eu
2264 concordo plenamente que se tirar o “deve” ela perde a razão de ser, mas ele não está à toa aqui, porque ele não saiu
2265 de uma imposição do Governo Federal em cima dos estados. Foi composto exatamente na forma inversa, foram
2266 ouvidos os estados e foi visto o que é... Chegou-se num ponto comum que atendia a todos os estados participantes e
2267 “deve” não está ferindo nada, porque vem sendo feito nos estados dessa forma, com nomes diferentes aí, mas vem
2268 sendo feito nos estados dessa forma. O Estado A ou B que não está sendo feito, é porque não está sendo feito nada,
2269 quer dizer, não está dando outorga, não está dando... licenciamento deve estar fazendo, mas outorga não está
2270 fazendo. Então, eu não vejo nenhum empecilho de se aprovar com a expressão “deve”. Eu acho que, seguindo o que a
2271 Somara(?) sugeriu, e que eu acho que está mais ou menos na linha que eu falei antes, é o seguinte: me dê um
2272 exemplo que está batendo contra, por exemplo, “isto aqui está contra a legislação do Estado do Acre”, sei lá. Quer
2273 dizer, se tiver esse exemplo, vamos tentar contemplar aqui dentro.
2274

2275 **Ninon Machado - Instituto Ipanema**
2276

2277 Eu acho que se a gente mudasse a redação, talvez pudéssemos... Eu pensei assim: “No atendimento à legislação
2278 ambiental compete ao órgão licenciador informar sobre os pedidos...”. Em vez de “deve”, nos termos da legislação
2279 ambiental... quer dizer, inverter isso aqui, essa ordem, tirar o “deve”. Em vez de ser dever, passa a ser competência.
2280

2281 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2282

2283 O que o Raul colocou eu acho que tem que ser considerado. Eu particularmente concordo que deva ser trabalhado
2284 dentro do CONAMA uma Resolução complementar.
2285

2286 **Ninon Machado - Instituto Ipanema**
2287

2288 Mas como a gente está integrando o procedimento, de cara ressalva a competência da legislação ambiental, quer
2289 dizer, você não vai ter... Mas está dizendo que é competência do órgão licenciador informar ao órgão de recursos

2290 hídricos. Você está só dizendo qual é o caminho, aí você tira, a racionado(?) do parágrafo é mantida e você tira o
2291 negócio de “deve”.
2292

2293 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**
2294

2295 Eu acho que a gente ainda nem chegou na questão da informação. A gente ainda está no *caput* do Artigo 4º discutindo
2296 a questão da manifestação prévia em si. Quanto a essa questão da informação, só adiantando um pouquinho, eu
2297 entendo como a Patrícia bem colocou aqui no começo da nossa discussão, do nosso debate, o que é importante na
2298 verdade era fortalecer esses sistemas de informação que aí estão, do que ficar criando mais um mecanismo
2299 burocrático, emite coisa para cá, emite coisa para lá, que nada. Tem que constar aqui que os sistemas de informação é
2300 que têm que ser fortalecidos e se possível criar um sistema de informação único para o Meio Ambiente e para os
2301 Recursos Hídricos, um balcão só. Eu vou lá, eu quero saber “x”, é “x” que eu vou saber. Este parágrafo único aqui, eu
2302 particularmente não sou favorável a isso. Acho que o que tem que ser fortalecido é o sistema mesmo de informação. E
2303 aí está... já está criado, tanto no Meio Ambiente como no Recursos Hídricos tem que estar fortalecido. Vamos voltar à
2304 discussão do *caput* aqui para a gente tentar finalizar. Com relação à preocupação da questão do “deve” aqui do verbo
2305 que está sendo utilizada de uma forma taxativa e impediria uma eventual flexibilidade, uma eventual não, uma total
2306 flexibilidade por parte dos estados no âmbito das suas competências com relação aos documentos de outorga que
2307 resolveram chamar nome genérico de manifestação prévia, a gente precisa resolver essa questão. Eu gostaria de
2308 saber... Gravina, você que é nossa representante dos estados (?) se você ponderaria em mudar... ou outro termo que
2309 pode ser utilizado, ou...
2310

2311 **Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia**
2312

2313 Eu vou voltar na mesma coisa. Eu não mudaria uma vírgula se fosse para a União; eu não mudaria. Porque está
2314 criando a obrigação para resolver a ...ementação(?). Eu não mudaria nem uma vírgula. Aí é “deve” e pronto. Para
2315 quem já têm os procedimentos já definidos, o “deve” é problemático, eu não sei dizer como seria isso. Eu estou
2316 falando como Estado. Agora quem é do Estado aqui, que trabalha com Meio Ambiente e Recursos Hídricos? Quem
2317 mais? Está adequado para todos vocês isto?
2318

2319 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**
2320

2321 Posso fazer uma sugestão? Se há outros representantes de estados, será que vocês... ou pudessem se reunir aqui em
2322 boca miúda e tentar resolver isso, para a gente prosseguir... Nós temos duas questões em *stand by*, as duas com
2323 relação a manifestação prévia, uma lá no começo e agora no Artigo 4º. Eu acredito que talvez as outras questões não
2324 sejam tão polêmicas, talvez a gente consiga prosseguir e a sugestão de encaminhamento que eu tenho é então vocês
2325 se reúnam em boca miúda, o pessoal do Estado, e num minuto a gente volta a esse assunto. Só para a gente poder
2326 prosseguir. Vamos lá?
2327

2328 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2329

2330 A gente precisa de um fato concreto.
2331

2332 **Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça – Instituto o Direito por um Planeta Verde**
2333

2334 Eu não tenho um fato concreto de Estado, mas tenho um fato concreto do próprio CONAMA. Tem Resolução do
2335 CONAMA que nesse caso aqui é outorga. Resolução 279. Fala: “A licença prévia somente será expedida mediante
2336 apresentação da outorga de direitos de recursos hídricos ou da (?). O Raul levantou isso.”
2337

2338 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2339

2340 Está havendo uma dificuldade muito grande de entendimento dessa... Eu pediria aos companheiros que dessem uma
2341 lida com vagar, com calma, nessa definição dessa autorização, dessa manifestação prévia, porque está havendo... Eu
2342 estou sentindo que está havendo um entendimento errôneo do que é, porque todas as dúvidas levantadas, são dúvidas
2343 que são contempladas ali dentro, certo?
2344

2345 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**

Bem, eu tinha dado uma sugestão de encaminhamento com relação ao pessoal dos estados, eu não sei se vocês pretendem aceitar a sugestão para que a gente possa continuar aqui no Artigo 5º e... Vamos lá?

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

São duas coisas. Um: sobre a redação, (?) alternativa, eu acho que tem que ficar do jeito que está, mas a questão é... eu coloquei uma questão como uma questão de ordem, não para continuidade da discussão do Artigo V, mas, na minha opinião, várias pessoas fizeram assim com a cabeça, mas eu gostaria que tivesse fixado em ato os que assim concordarem ou discordem. Mas este Artigo 4º, juridicamente, qualquer redação que queira se dar, por mais malabarismo gramatical que se faça, ele é juridicamente inócuo, ineficaz, porque ele coloca uma obrigação para o órgão ambiental que uma Resolução do CNRH não pode colocar. E portanto eu gostaria de colocar aqui para que se tenha manifestações de que se concordem que então isso é necessidade para começar uma Resolução do CONAMA, porque até então o Dr. Roberto fala que "não, não precisa Resolução do CONAMA está tudo fechado, juridicamente está perfeito isso". Eu discordo. Eu coloquei esta questão, mas não foi debatida. Teve uma manifestação aqui, ali. Mas então isso é importante, nessa reunião em que nós vamos chegar à concordância de que depende ou não de uma outra Resolução para fechar, vamos continuar com essa, vamos aprovar e vai lá, mas se necessita ou não de uma ação CONAMA. Na minha opinião precisa por isso, por esse Artigo 4º, qualquer que seja a redação que vai dar para ele, porque está colocando a obrigação para que o órgão ambiental quando da LP exija um documento; para isso só é possível a Resolução CONAMA, a 237 não resolve este assunto. "Fica definido que (?) da LP que depende daação(?) prévia". Então, eu gostaria de ouvir as pessoas que quiserem se manifestar.

Roberto Monteiro – SRH/MMA

As duas questões colocadas está uma leitura inversa. Você está dizendo que nós estamos estabelecendo competência para o órgão do Meio Ambiente ?). Ao contrário, nós estamos estabelecendo competência, atribuição, ou melhor dizendo. Determinando aos órgãos do nosso sistema de recursos hídricos que devam apresentar a outro sistema do Meio Ambiente a licença. Nós não estamos estabelecendo ordem nenhuma. Olha, a manifestação prévia emitida pela autoridade outorgante deverá ser apresentada a ordem ambiental para a obtenção da licença prévia. Eu não estou dizendo que o órgão do Meio Ambiente deve exigir a outorga preventiva.

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

E se não exigir?

Roberto Monteiro – SRH/MMA

A 237 que eu já falei exige que... na 237 exige que outros instrumentos, uma das ferramentas para a obtenção de um processo de licenciamento, é a apresentação da outorga de direito de uso de recursos hídricos. Só que ela fala genericamente e outras resoluções posteriores como licenciamentos de assentamentos rurais, projetos de irrigação e outros mais, nós fizemos discriminação dessa licença. E tem mais, o advento da outorga para a diluição de efluentes, que é um ato que é totalmente inter-correlacionado entre o licenciamento a outorga, eles têm que ser feitos de forma conjunta, por isso colocado uma licença de instalação quando há utilização de água, que no processo de lançamento de efluentes há utilização de água para diluição. Então, você vê que estão todas as indicações(?) aí, mas determinando ao sistema de recursos hídricos. Nós tivemos essa preocupação específica, foi consultado um dos maiores nomes daqui do Distrito Federal da área de Meio Ambiente, como o Sr. (?), o Emiliano que estava aí atrás, Dr. Ademar da (?), todo mundo foi consultado para verificar extensivamente esse tipo de redação e este tipo de redação foi aceitado porque nós não estávamos impondo obrigação a qualquer ausente da área ambiental e sim, estávamos impondo obrigações ao nosso pessoal da área de Gestão de Recursos Hídricos, que ele deve apresentar ao outro sistema isso aí. E como retribuição ele só deve ser comunicado sobre os atos que foram trancados, cancelados, rejeitados, de forma a como vai fazer, se é com sistema de informação atualizado, um sistema de informação integrado, não importa, o que vale é o fato jurídico, ele deve informar, é a única coisa que está solicitando ali que o órgão deve informar, para que se possam ser tomadas as medidas se cancelou uma licença, se cancelou uma outorga; e respectivamente se cancelou uma outorga, comunicar o órgão do Meio Ambiente para que ela faça os procedimentos de cancelamento da licença, porque o binômio é indissociável: os qualidade e quantidade não dá para trabalhar separadamente. Uns querem fazer isso, não é possível.

2402
2403 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**
2404

2405 Eu vou fazer uma sugestão de encaminhamento. Vocês ocupam cadeira de Conselheiros no plenário do CONAMA. O
2406 (?) tem essa disponibilidade. Utilizando essa prerrogativa, eu sugiro que você faça uma consulta formal ao MMA,
2407 especificamente à Consultoria Jurídica do MMA a respeito desse assunto: se é necessário ou não uma Resolução do
2408 CONAMA a respeito desse assunto. Se já tem? Não, não tem a respeito especificamente deste assunto que ele estava
2409 tratando, não tem, do licenciamento. Tem uma consulta feita à Consultoria Jurídica... específica... acho que há uma
2410 dúvida, não é? Então, façam a consulta específica formal para a Consultoria Jurídica do MMA. eu acho que é a
2411 maneira mais expedita e formal de dar uma resposta adequada.
2412

2413 **Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental**
2414

2415 Não é a questão. Eu acho que a primeira coisa, com todo respeito ao Ministério do Meio Ambiente, eu entendo que nós
2416 não deveríamos nos ater unicamente como se a resposta do MMA fosse uma palavra final, acho que é um
2417 posicionamento. É um indicativo formal, mas é uma formalidade que é uma interpretação, todos nós somos advogados
2418 e sabemos que a interpretação tem. Eu li o parecer, e li com cuidado, e é uma interpretação. Eu estou colocando aqui
2419 uma opinião não é só para criar caso, eu quero que isso aconteça rápido. Agora, temo que isso daí seja juridicamente
2420 inócuo. A gente não vai aprovar aqui e depois lá para a frente alguém pode olhar e falar: “Olha”... Então a minha
2421 questão em linhas gerais é a seguinte: só um exercício, se... Artigo 4º, então, vamos supor se o órgão ambiental dá
2422 uma licença prévia e em caso quer exigir a tal da manifestação prévia, só que ele não exigiu naquele caso.
2423

2424 **Roberto Monteiro – SRH/MMA**
2425

2426 É nulo.

2427 **Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental**
2428

2429 É nulo por quê? Então não precisaria disso. Essa Resolução não tem necessidade se tiver a 237. (?) Mas ela é mais
2430 genérica. Ela (?) do licenciamento ambiental fala de outorga. A gente está falando especificamente de uma parte do
2431 licenciamento que é licença prévia, está especificando dentro do licenciamento onde é que está, e está falando que
2432 precisa da manifestação, que não é outorga; manifestação prévia, porque a outorga é preventiva. De forma que para
2433 avançar, não vamos mais tocar nesse assunto, vou até fazer a consulta, tudo bem. Pode até colocar no CONAMA,
2434 apresentar, mas está aqui o espírito, até eu coloquei, que é para a gente concordar, fazer um acordo de cavalheiros
2435 para a gente poder avançar. Se todo mundo achar que é uma coisa só da minha cabeça, que não faz sentido, eu não
2436 vou adiante com isso, eu não vou consultar nada. Eu respeito a maioria, mas eu gostaria de ter uma resposta no
2437 mérito. Na minha opinião, hoje ela não é nula, porque a 237 é genérica. E se a 237 já resolve, a gente não precisaria
2438 discutir nada dessa Resolução, porque já está claro lá. Portanto se queremos uma Resolução que detalha, é isso que a
2439 gente está fazendo, não é? Detalhar, porque os estados já fazem, bem ou mal já acontece, é só formalizar. Então eu
2440 gostaria de saber se vale a pena ou não começar uma Resolução do CONAMA.
2441

2442 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2443

2444 A sua colocação é a colocação talvez de todos, não menosprezando nenhuma colocação que foi feita anteriormente,
2445 mas é a que mais está no sentido dessa reunião. É identificar o que é que deveria ser complementado pelo CONAMA.
2446 No meu modo de ver eu acho que a tua dúvida realmente é uma dúvida e eu acho que poderia realmente encaminhar
2447 a consulta que é para a CONJUR orientar. O sistema você conhece, qualquer Resolução aprovada tanto pelo
2448 CONAMA como pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, antes da Ministra assinar, passa na CONJUR, então se
2449 a CONJUR não concordar, não deixa a Ministra assinar e aí volta para o Conselho, enfim, não é que vota contra.
2450 Então, com o parecer deles já, pelo menos dentro dos dois sistemas, é o órgão jurídico básico dentro do sistema que
2451 dá opinião.
2452

2453 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**
2454

2455 Já há um indicativo no parecer, já há uma análise.

2456 **Júlio Tadeu - CNRH/MMA**
2457

Se for necessário, aí dentro do espírito de complementação...

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Exatamente. Precisa de uma sinalização formal em relação especificamente a esse item, porque o parecer emanado da Consultoria Jurídica do MMA, no meu entender, ele tem um caráter mais genérico, mais abrangente e mais voltado para a questão da outorga, não tanto para a questão do licenciamento. Eu acho que aí você têm que pegar e fazer a sua consulta formal.

Jessé - Estado de Sergipe

Com relação ao Estado (?) Sergipe, aqui cabe, como está na legislação do Estado de Sergipe, porque lá a gente não tem a preventiva, mas tem a prévia, a outorga prévia. E a colocação da forma genérica contemplaria também a legislação estadual, que inclusive é anterior à lei da ANA. Nós já tínhamos a outorga preventiva antes da ANA ter a outorga prévia, porque ela parece (?) criação da ANA. A do Estado de Sergipe já tinha com a licença prévia para obra. O sistema de gestão de recursos do Estado dá licença prévia para a obra, ou seja, obra que interfira de alguma forma no recurso hídrico, não é uma obra qualquer. Um poço interfere e necessariamente não estou dando outorga a ele. Estou dando outorga para cavar o poço, porque ele vai passar no lençol freático, ele vai passar em outras áreas que podem interferir em um ou outro. Por exemplo, vai construir uma ponte, que é o caso do governador, teve que pedir, o pilar da ponte pode alterar o regime do rio. E não vai consumir água não. Não vai ter outorga de direito de uso de recursos hídricos. Vai ter outorga de intervenção no leito do rio. Vai construir o pilar da ponte. Então, cabe direitinho, não sei o caso da Bahia, mas no caso de Sergipe, como está colocado aqui, encaixa na nossa legislação sem problema nenhum.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Obrigada pelo exemplo, mas eu continuo entendendo que não chegamos ainda a um consenso, eu acho que é uma questão que ainda está gerando alguma polêmica. Eu vou manifestar novamente o meu encaminhamento. Se os colegas do Estado puderem conversar um pouquinho mais detalhadamente sobre isso, tentar fazer uma proposta que pudesse compor as preocupações, seria bom, a gente passaria para o próximo item.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Desculpa, Grace. Eu acho que esta discussão ela já se deu e de uma forma aprofundada com representantes de todos os estados. Se for o caso da Bahia não estar contemplada aqui, eu volto a insistir na minha pergunta: onde não está contemplado? Porque eu estou achando muito difícil não estar contemplado do jeito que está escrito aqui. Se mostrar aonde não está contemplado, vamos tentar daí, enfim, botar mais uma vírgula aqui, segundo a lei da “não sei o quê” da Bahia.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

No caso da LL, que nós não temos a LP, É LL, não fala da outorga. O que tem em relação à LL, eu vou dizer aqui o que tem: requerimento, análise prévia de processo, roteiro de caracterização, mapa, certidão de prefeitura, e aí vai o rol. Falam em anuência prévia de órgãos federais, estaduais e municipais, mas não é nesse caso ainda a outorga. No caso, no segundo parágrafo aqui, fala da licença de implantação. No caso da licença de implantação, sim, fala: a outorga de direito de usar a água para mananciais (?) subterrâneo, e no caso de geração de energia elétrica, parecer técnico e disponibilidade hídrica emitido pelo órgão gestor de recursos hídricos. Ou seja, no caso da Bahia, na LI precisa ter a outorga. Aí está dizendo que pode ser também na LO. Não fala na LL, fala na LI, obriga, e coloca na LO. Da forma como vai ser agora, vamos dizer, esse procedimento, isso é obrigatório para todos, vai ser modificado, não é isso?

[sobreposição de vozes]

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Vamos tentar ir para o Artigo V, então? Depois a gente volta. Artigo V: alguém tem algum...

Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça - Instituto o Direito por um Planeta Verde

No Artigo V eu novamente vou recolocar o meu posicionamento que no meu entendimento não deve ser licença de operação, mas licença de instalação. Como é que você instala uma hidrelétrica e depois vai pedir a outorga? Você faz um canal de derivação, por exemplo, o canal do Rio São Francisco. E depois que o canal está pronto, aí vai pedir outorga? Fica só com a manifestação prévia? Pelo menos esse é o meu entendimento. Eu acho que cria numa situação como essa a teoria do fato consumado. Primeiro eu faço a grande obra e depois eu vou lá pedir a outorga. O que eu acho que nós temos que trabalhar é no sentido da prevenção e da precaução. Solicita-se a outorga, é dada a outorga, existe aquela quantidade de água disponível, está ali reservada para você, aí sim você faz a obra. Senão tem a seguinte situação: gasta-se bilhões para fazer a obra e depois vai pedir a outorga. Então, esse é o meu entendimento, eu acho que nós estaríamos oficializando, é a teoria do fato consumado, primeiro se faz as grandes barragens, se faz as grandes obras de derivação, depois pega licença, enfim, de operação, pede-se a outorga para pedir licença de operação para encher o reservatório, encher o canal.

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

Eu tenho uma proposta de redação alternativa para o *caput*, pelo mesma razão colocada anteriormente de que não pode uma Resolução obrigar órgãos (?) órgãos licenciadores. Na minha opinião, do jeito que está essa redação ela está fazendo a mesma coisa. Ela está obrigando o órgão licenciador a fazer alguma coisa, exigir alguma coisa que ela não pode. Então, a minha redação seria a seguinte: “Para emissão da outorga de direito de uso de recursos hídricos, a autoridade competente e do SISNAMA da sua ineditabilidade”. Qual que é o sentido? Olha, quando eu vou pedir... quando vai dar a outorga... quando o órgão estadual vai dar a outorga, ele tem que dizer: “Você já tem a licença prévia? Então, me prova que tem licença prévia”. Ele apresenta a licença prévia ou um documento do órgão ambiental que diz que naquele caso não existe licença prévia. A questão é a seguinte, eu estou invertendo a redação para dizer o seguinte, a proposta de texto. Eu posso até passar por escrito para você. “O órgão outorgante quando for dar a outorga ele tem que exigir do requerente a comprovação de que ele já tenha licença prévia ambiental”. No Artigo IV está dito lá que para obter a LP ele tem que ter uma licença prévia. Então, vamos lá. (?) Obtendo a LP, ele vai pedir a outorga. Ele tem que chegar lá no órgão ambiental e falar: “Consegui a LP, você pode me dar a outorga definitiva, porque eu já consegui a prévia. Ou nos casos em que não existe a manifestação prévia, ou não existe a licença prévia junto com a LI, tem que comprovar que não é exigível nesse caso. Não tem licença prévia porque não é exigível. (?) E junto, no Estado de São Paulo é isso, alguns entendimentos (?) são juntas, então está aqui. Eu só estou mudando a redação para colocar a obrigação para o órgão de recursos hídricos e não para o órgão ambiental como, na minha opinião, está esse Artigo V.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Bom, tem as duas colocações. Eu pediria então para o Leo ou o Roberto...

Leonardo Mitri – ANAMMA

O primeiro questionamento dele a gente entende que não vai ocorrer essa possibilidade da forma como está redigido aqui pelo seguinte motivo: a gente tem no Artigo IV falando que o documento prévio de recursos hídricos ele vai ser emitido antes, quando necessário, quando exigível, ele vai ser emitido antes da licença prévia. Aí vem o Artigo V em que a origem dele, o *caput* dele fala que a outorga de direito e uso, ou seja, a autorização para realmente usar, ela vai ser emitida antes da licença de operação. Só que aí, se a gente lê o Parágrafo Primeiro, o que ele fala: para empreendimento ou utilidade tem que ter outorga de direito e uso de recursos hídricos for necessária para fins de (?), ou seja, que é o caso de geração de energia hidrelétrica, o que é o caso de qualquer empreendimento que já opere qualidade e quantidade ou regime de recursos hídricos durante a sua instalação, a sua implantação, isso é uma coisa. E segundo: ou no caso de um empreendimento que não tenha manifestação prévia, como é o caso da Bahia, não tem documento prévio de recursos hídricos, a outorga de direito e uso de recursos hídricos deverá ser apresentada para licença de instalação. Então, ou o empreendimento tem a garantia de recursos hídricos, que vai ser a manifestação prévia, a garantia de que ele tem recursos hídricos suficientes para ele, essa é uma possibilidade. Nessa possibilidade, se ele tiver a garantia de recursos hídricos, a outorga dele de direito e uso, a autorização dele para usar, ela só vai ser emitida no momento em que ele for realmente usar ou intervir em recursos hídricos. Se ele for usar apenas para

operar, como é o caso da irrigação, onde ele implanta o empreendimento todo para depois ele ligar a bomba. Ele só vai ligar a bomba no momento da operação do empreendimento, ele não vai precisar intervir em recursos hídricos antes. Ele pode usar água realmente no momento de operar. Então, ele tem uma garantia de uso da água, que vai ser o documento prévio, ele pode implantar. E só vai (?) de direito e uso na hora de operar. Agora, caso ele não tenha a garantia que a manifestação prévia, caso ele não tenha a garantia, ou caso ele precise intervir no momento da instalação, aí são outros quinhentos, aí é o Parágrafo Primeiro, que fala que a licença de instalação já vai ter a outorga de direito de uso emitido. Então, o objetivo desse Parágrafo Primeiro foi exatamente sanar esse problema. A gente teve essa preocupação realmente para não ter essa questão do fato consumado. Então... de realmente ter esse problema. Bom, espero ter solucionado. Em relação ao outro caso que ele tinha comentado da outorga de direito de uso pedir ou solicitar a licença prévia como documento, e colocar a outorga de direito de uso depois, o que ocorre é o seguinte: em função de a gente ter estados ou ter locais que não têm outorga preventiva, não tem o ato prévio, o primeiro pedido já é o pedido de outorga de direito de uso. Esse pedido de outorga de direito de uso, se a gente restringe, como a outorga é um ato que normalmente a análise dele é análise rápida, ela não é uma análise tão complexa quanto a análise de licenciamento ambiental, então, se ele fizer o primeiro pedido de outorga de direito de uso quando não tiver documento prévio e fizer ao mesmo tempo o pedido de licença prévia, ele vai receber a outorga de direito de uso dele antes inclusive da licença prévia. Pode acontecer isso. Pode ocorrer essa possibilidade. E não tem problema nenhum. Então, não vai poder realmente usar água, porque ele precisa de outros documentos. Ele precisa de alvará, licença e tal. Mas ele pode inclusive, como a outorga é mais rápida a análise, ele pode receber a outorga inclusive antes da licença prévia.

Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça - Instituto o Direito por um Planeta Verde

Os principais pontos divergentes já foram colocados. Tem divergências que não vão ser superadas com base em consenso. Eu acho que as divergências foram colocadas e os membros da CTIL, na oportunidade, vão poder discutir, analisar, ver se é viável ou não é e dar o encaminhamento que vai para plenário, enfim, a decisão final, essa decisão vai passar pela CONJUR, apesar de ter os meus pontos contrários, eu defendo a aprovação de uma Resolução nesse sentido, porque hoje não dá para a gente ficar com esse ordenamento de cada Estado e sem um sistema próprio, cada... enfim, cada município com sua regra própria, cada comitê com regras próprias. Precisamos ter regras claras para todo o país, tanto para o setor ambientalista que quer exercer um controle social como para os empresários que querem, enfim, implantar seus empreendimentos.

Carlos Hugo Suarez Sampaio - CTIL/CNRH e CTAJ/CONAMA

Eu também concordo com o Rodrigo que é uma iniciativa bastante produtiva a gente fazer reuniões das duas câmaras, especialmente quando tem assuntos que envolvem os dois sistemas. Foi uma pena que a gente não pode fazer isso com relação à classificação dos corpos hídricos. E eu só teria algumas observações de caráter formal que eu posso depois fazer na CTIL. É de corrigir Artigozinhos e palavras, esse tipo de coisa.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Você tem alguma questão quanto ao mérito?

Carlos Hugo Suarez Sampaio - CTIL/CNRH e CTAJ/CONAMA

Não.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Já que os colegas da CTAJ estão saindo, só então para ficar gravado que de fato nós entendemos que é uma recomendação dos dois Conselhos, das duas câmaras técnicas, com relação à revisão do regimento interno dos dois, para que a gente possa passar a fazer resoluções conjuntas.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

A minha sugestão seria no sentido de que as duas câmaras trabalhem os seus instrumentos para que viabilizem uma reunião conjunta do próprio Conselho.

[sobreposição de vozes]

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

Eu queria retirar a proposta. Eu fiz uma proposta aí, eu retiro, convencido de que realmente... Eu só queria registrar em ata que eu continuo achando, eu acho que inclusive é uma proposta melhor (?), mas eu continuo entendendo que (?) juridicamente, pelo fato de que cria obrigação para o órgão ambiental, mas se formos criar uma Resolução do CONAMA, isso será resolvido. Então, eu só queria mais uma vez falar que esse é um outro ponto a ser resolvido via uma Resolução no CONAMA, mas retiro a minha proposta.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

O Artigo 6º, então.

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

O Artigo VI, daí sim, esse é um dos problemáticos dessa Resolução, por quê? A gente está criando uma Resolução para quê? Para criar uma regra. Criar uma regra de jogo para que fique claro para todos o que acontece. Eu imagino que hoje... a necessidade dessa Resolução foi da constatação do fato de que muitos estados e a ANA tinha, e como tinha esse entrave: “Ah, modifiquei aqui, aconteceu ali”, era meio resolvido *ad hoc*, cada caso era um caso. Portanto, a idéia de uma Resolução, é criar uma regra clara para que todos saibam como se resolve. Esse Artigo 6º ele fala o contrário disso, porque ele diz o seguinte: “Ó, quando dá confusão, se reúne aí e vê o que acontece”. Então, eu entendo que se deveria colocar uma regra aqui. E é um caso sério isso. Já imaginou aqui a hipótese do Artigo 6º é a seguinte: conseguir a outorga ou uma manifestação prévia e depois, especialmente na LP, porque é na LP que você vai avaliar a viabilidade (?) do projeto, você pode modificar inclusive as dimensões, as características do projeto, a LP modifica o projeto que foi apresentado lá atrás. Então, o sujeito tinha uma manifestação prévia a partir de um projeto, foi para a licenciamento ambiental, o órgão ambiental falou: “Olha, eu aprovo, mas aprovo se você modificar isso e aquilo. A sua estação de tratamento de água não está boa, sua dimensão é muito grande, tem que diminuir”. Enfim, ela modifica alguma coisa que vai alterar o uso da água, o uso no sentido amplo, sentido de quantidade e qualidade. Então, nesse caso, (?) articula. Eu gostaria de colocar uma redação que fosse uma coisa mais ou menos assim: se a licença prévia - porque eu acho que a licença prévia modifica a LI(?), depois não modifica mais, a LP que vai modificar de verdade. Se a licença prévia ou licença de instalação modificar as características físicas operacionais do empreendimento, a licença posterior, ou seja, no caso se for licença prévia, a licença de instalação, se for licença de instalação que modifica (?) de operação, só poderá ser concedida com a manifestação prévia do órgão outorgante de que está validada aquela outorga, ou seja, apresentei, consegui a outorga preventiva, fui para LP, a LP modificou o meu projeto. Eu só posso conseguir a LI se o sujeito - é que no caso ele vai ter que ter a outorga. Então a LI modificou o projeto. Ele já está com outorga. Ele só vai poder ter a LO (?). Ele tem que obter a confirmação da outorga dele.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Pela ordem.

Roberto Monteiro – SRH/MMA

Você está invertendo a situação. Você está estabelecendo uma exigibilidade que nós não podemos via setor de recursos hídricos estabelecer exigibilidade no setor Ambiental. É isso que você está impondo quando você faz esse tipo de analogia. O que nós estamos querendo é o seguinte: se há modificações no setor ambiental, o que pode acontecer na LP em decorrência do (?)rma, ou no projeto básico ambiental que exigiu-se, por exemplo, uma maior eficiência no tratamento de efluentes, isto efetivamente vai representar mudanças e alterações na vazão que foi alocada para diminuir afluentes. Então, o que a gente quer é isso. Uma vez examinado no órgão ambiental e feitas alterações no órgão ambiental, ele comunica o órgão de recursos hídricos para que ele proceda as alterações na outorga. E da mesma forma se preventivamente, previamente, no exame da própria outorga, no exame da bacia hidrográfica, se verificar, por exemplo, que não há disponibilidade para o empreendimento e a gente determina ele: “Olha, pra entrar aqui, você tem que reduzir o seu consumo de água em 50%”. Então, este fato... porque o projeto que ele fez é o mesmo projeto que ele vai apresentar no órgão do Meio Ambiente, então, no momento em que não há disponibilidade de água e você diz “ou reduz 50% ou não entra aqui”, ele vai ter que fazer modificações na área

Ambiental. Então, nós estamos comunicando a área Ambiental: “Olha, aqui só sai outorga com 50% (?)”. Então, ele vai estar apresentando lá outras eficiências de tratamento, outras demandas de alocação de água. E você está entendendo ao contrário, nós não podemos estabelecer exigibilidade para outros, nós podemos estabelecer exigibilidade para nós.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

Olha, eu queria falar uma coisa. No Estado da Bahia nós temos uma licença, chamada Licença de Alteração. Essa Licença de Alteração, toda vez que tem uma modificação de processos ou quando tem qualquer tipo de modificação, que tenha alguma modificação que (?) a parte ambiental, você dá entrada novamente, você tem requisitos a cumprir, é uma outra licença. Não tem articulação desse tipo que está se dizendo aqui. Quando você dá entrada você vai ter os requisitos para a Licença de Alteração. Então nós temos: a LL, LI, LO, LA, LS (que é a Licença Simplificada), que eu não vejo como...

Roberto Monteiro – SRH/MMA

Isso é durante o processo, não é depois.

Maria Gravina Ogata – Gov. do Estado da Bahia

...pode fazer uma cotação de barra para poder contemplar isso aqui, mas na verdade tem outros procedimentos que eu não sei como isso vai estar contemplado aqui. Então, existe outra tipologia. E essa articulação aqui seria o quê? Somente para avisar: “Olha, eu estou dando aqui uma licença”. Mas ele já vai ter que vir com a outorga. O que é essa articulação que está dizendo aí? No caso de uma Licença de Alteração, porque é o caso, como é que ficaria? Eu queria um esclarecimento.

Leonardo Mitri – ANAMMA

A questão é a seguinte. Pelo que eu estou entendendo do comentário dele, a única diferença que eu estou vendo aqui da forma como ele propôs para a forma como está aqui realmente, é que aqui nós estamos propondo articulação, ele tinha proposto comunicar. Na verdade, porque nós estamos propondo articulação? Porque tem alguns casos que a gente sabe que não vai ser simplesmente o licenciador comunicar: “Ó, tem que mudar isso”. Aí o outorgante vai falar: “Poxa, tem, mas não tem jeito, não tem água suficiente para aumentar”. Então, por que... ou então o próprio empreendedor vai falar: “Tudo bem, se você me pedir para mudar isso no meu empreendimento na parte de recursos hídricos, aumentar minha (?), minha (?), meu empreendimento se torna inviável economicamente”, alguma coisa assim. Então, a gente colocou “articular” exatamente para tentar chegar de alguma forma a que cada um ceda um pouco, não necessariamente isto, mas no sentido de obrigar uma conversa, a gente obrigar uma conversa entre órgãos, eu acho que isso é uma questão interessante. Que não seja simplesmente comunicado o órgão de recursos hídricos, “Ah, o empreendedor para ter que mudar a (?) e aumentar a (?) dele”. Nós estamos pedindo a articulação exatamente para que não seja frio deste jeito, do tipo uma comunicação do licenciador: “Ó, você vai mudar o seu empreendimento, comunique, converse”.

Raul Silva Telles do Valle - Instituto Sócio-Ambiental

Eu não sei a redação que foi feita, mas a minha questão de fundo é a seguinte: pra dizer isso, ou seja, a gente está tendo uma regra jurídica, por mais que seja uma Resolução do CNRH, é uma regra jurídica. Então, a gente tem que dizer: “Ó, a diretriz é essa, obriga, o que não se cumpre temção(?), o que não cumpre é inválido”. Para dizer que os órgãos vão se articular ou se reunir, já devem fazer isso mesmo. Não é numa Resolução que a gente vai obrigar isso. Eles não farão isso por causa da Resolução e se fizer eles vão ter uma regra de solução. A gente tem que colocar aqui uma regra de solução para isso. Que eles articulem, sentem, compatibilizem da melhor forma possível. Mas numa Resolução que tem uma regra jurídica tem que colocar uma solução para isso. Eu entendo que é comunicação. Eu acho que o princípio tem que ser... o que modificou, se já foi vencido uma etapa, se o projeto foi modificado na seguinte, isso tem que ser revalidado pela anterior. É esse o princípio. E não pode seguir adiante sem ter revalidado. É essa a questão.

2738
2739 **Roberto Monteiro – SRH/MMA**
2740

2741 Está havendo uma confusão na área de Meio Ambiente, você está dispersando muito, está falando em legislar e tal, (?)
2742 comando de controle. Na gestão de Recursos Hídricos a visão não é de comando de controle, é de pacto social, é
2743 pacto na bacia hidrográfica. Então, a articulação é a espinha dorsal, é a coluna vertebral desse processo, com todos os
2744 órgãos que compõem a bacia. Então, isso aí parece ser letra morta e pode até ser, mas isso aí é um protocolo de
2745 intenções dizendo: “Temos que articular até a morte se for necessário, mas temos que articular”. É isso que nós
2746 estamos dizendo. Hoje não está sendo cumprido isso, hoje não está sendo bem interpretado, o que a gente quer é
2747 maior clareza de como são esses procedimentos. Tem órgão que não quer nem saber de quantidade de água, é esse
2748 que é o problema.
2749

2750 **Cristina Yuan - CNRH**
2751

2752 Eu estou muito preocupada, porque essa Resolução ela está com crise de identidade, porque ou nós optamos por um
2753 modelo em que fica claramente definido que para a obtenção das licenças, qualquer uma delas, você precisa
2754 necessariamente ter um documento, a manifestação prévia primeiro, e a outorga antes de protocolizar a sua licença. E
2755 aí você já vai, junto ao órgão do Meio Ambiente sabendo quais são as condições de outorga que você tem. E aí o
2756 órgão Ambiental já vai e analisa segundo essas condições, ou você... Ou a articulação para mim seria um processo
2757 conjunto em que... o Roberto falou agora que tem que ter essa... mas o ônus por enquanto está todo em cima do
2758 empreendedor, porque é ele que tem que ficar correndo de um guichê para o outro.
2759

2760 **Leonardo Mitri – ANAMMA**
2761

2762 Nós estamos tirando isso.
2763

2764 **Cristina Yuan - CNRH**
2765

2766 Não, não está tirando não, porque o empreendedor tem que pegar a manifestação prévia dele lá e depois levar no
2767 guichê do órgão Ambiental. É isso que está escrito aqui. Porque em nenhum momento tem uma articulação entre os
2768 órgãos do Poder Público visando facilitar ou agilizar a instalação do empreendimento. Então, fica uma situação assim
2769 muito (?) e aí a gente está aqui com uma contradição, porque nos Artigos 4º e 5º se fala que você tem que ter um
2770 documento do órgão gestor de Recursos Hídricos para daí ir ao órgão de Meio Ambiente obter essa licença e depois
2771 no Artigo 6º você diz o seguinte: “Na hipótese de modificação do empreendimento decorrente da análise, ‘análise’, do
2772 pedido de manifestação”. Ora, se a autoridade outorgante vai analisar o pedido que o empreendedor encaminhou e vai
2773 dizer: “Não, o que você está me pedindo não dá para aceitar”, ele na manifestação prévia dele ele já vai sinalizar isso.
2774 E aí... por isso que eu estou falando que tem uma falta de definição, porque se a autoridade outorgante não disse isso,
2775 eu estou entendendo, pelo que foi dito aqui nos Artigos 4º e 5º, que você não pode ainda ir lá no balcão do órgão de
2776 Meio Ambiente e pedir nada, porque você ainda não tem o documento da autoridade outorgante. Foi por isso que eu
2777 perguntei lá no início do 4º e 5º, em que momento (?), porque você empreendedor não pode correr o risco de entrar lá
2778 e depois mudar tudo. Mas aí o Roberto vai dizer: “Todo mundo tem que conversar”. Não conversa. Nós temos
2779 problemas de conflito de órgão estadual (?) com o IBAMA para licenciamento. temos problema desse tipo. e quem é o
2780 onerado nesse processo? O empreendimento. E até para complicar isso, se um é pré-requisito de outro, por que existe
2781 o Artigo 7º que diz que os atos administrativos emitidos pela autoridade outorgante e pelo órgão licenciador podem ser
2782 expedidos concomitantemente se um é pré-requisito do outro? Eu não sei se um é pré requisito do outro, ou se os dois
2783 caminham juntos, nós temos que definir qual é o modelo de integração que nós queremos desses dois instrumentos. O
2784 que para mim seria ideal: eu tenho um empreendimento e chego para o órgão licenciador, para a autoridade e digo: “O
2785 meu projeto é esse, vocês conversam, se virem, e me dêem os dois instrumentos”. Para mim essa seria a integração
2786 ideal para eu não precisar ficar correndo de um lugar para o outro. Agora, o que não pode é num momento você dizer
2787 que eu preciso ter um documento da autoridade outorgante para depois obter a minha licença e depois no Artigo dizer
2788 que (?) pedidos concomitantemente. Isso é um paradoxo.
2789

2790 **Grace Dalla Pria Pereira – CNI**
2791

2792 Nesse caso específico do Artigo 7º, aí sim entendo que o CNRH estaria extrapolando sim as suas competências em
2793 relação ao órgão ambiental. Você não pode dizer para o órgão Ambiental em que momento ele vai ou não vai expedir a

sua o licença, se tem que ser concomitante ou se não tem. Quer dizer, o Artigo 7º ainda tem essa outra questão que eu iria levantar mais tarde. Entendo que vários colegas da CTAJ não ficaram muito confortáveis com o corpo da Resolução. Duas questões centrais foram levantadas em relação à manifestação prévia e com relação ao momento, se é licença de operação, se é licença de instalação. Acho que são questões centrais, foi esclarecido ao colega que não é membro da CTAJ. O Rodrigo não saiu, digamos, confortável, mesmo com o esclarecimento. Mas enfim, eu só estou querendo dizer que são questões centrais que talvez tenham gerado algum desconforto na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Estou pensando se não é o caso de a gente fazer uma nova discussão a respeito dessa Resolução, marcar um novo meio período, porque meio período para a gente não deu, não é? Eu fico com dúvida sobre como é que a gente encaminha isso em nível de Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA, porque agora ainda, principalmente sem *quorum*, não podemos de maneira nenhuma dizer que foi aprovada na CT de Assuntos Jurídicos do CONAMA. Mas a gente pode dizer que foi debatido na CT de Assuntos Jurídicos do CONAMA.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

A idéia nunca foi da Câmara Técnica aprovar. É o que eu estou voltando desde o início. Eu acho que o Raul pegou bem no âmbito do que nós estamos tentando discutir. Ele levantou dois ou três questionamentos aqui, que vai fazer a consultoria jurídica, de repente se a consultoria jurídica disser que tem que ter um Resolução do CONAMA, é só complementar, a questão da Resolução. Com relação ao desconforto, eu senti sinceramente que o Leo explicou aqui com relação ao... Rodrigo, não é? Eu tive essa sensação. Com o nome de manifestação prévia eu até o momento eu não estou... realmente não me foi apresentado um fato concreto de que isso está batendo contra o Estado. À medida que a Gravina leia com mais atenção aqui, ela vai chegar à conclusão também que para a Bahia não tem esse problema. A minha conclusão, no caso, no que diz respeito à CT de Assuntos Jurídicos do CONAMA, fazer essas consultas, essas e outras, enfim, e ver o que é necessário. A CONJUR pode dar uma resposta e ver se é necessário ou não. Se for necessário vamos complementar nesse sentido: agora vamos fazer isso, isso... Vai complementar com essa direção.

Orador não identificado

É a primeira reunião, estamos todos de parabéns. Isso é a primeira coisa, é ficar otimista, não perder... estamos aqui dificultando? Não. Estamos aqui facilitando a vida dos outros e a nossa também. Eu gostaria de fazer uma proposta para quando tivéssemos estas minutas que devam ser examinadas concomitantemente pelas duas câmaras, mais ou menos alguma coisa como está no Manual da Presidência da República, que é esse encaminhamento todo que tem que ser feito. Primeiro, a câmara que originou a minuta precisa passar para a gente com uma justificativa, Artigo por Artigo, para entendermos como é que chegou àquele Artigo. Segundo, a colega aqui, vocês não viram, mas eu estava aqui olhando, ela fez todo um organograma. Então, quando a gente escreve regra técnica, esse tipo de regra técnica, essa licença nossa que é uma e trina a um só tempo, essa confusão, sopa de letrinhas, nós precisamos primeiro fazer a linha, pensar em todos os casos, esgotar todos os casos, para aí depois escrever. Isso precisa vir das câmaras técnicas. Não dá para a gente só chegar com o texto cru. Um colega falou: "Se nós temos dificuldades aqui assim, imagina o público aí fora a quem nós pretensamente queremos nos dirigir". Por isso eu acho que a gente tem que escrever e até ser um pouco repetitivo. Eu prefiro ser um pouco repetitivo explícito como no caso ali de dizer: licença ambiental de acordo com o CONAMA... Vocês não imaginam, eu trabalhei no Planalto e na planície. Vocês não imaginam como as coisas chegam na planície. Então, nós temos que ter o pé na planície, os olhos voltados para o Planalto. Antes de vir para uma reunião dessa, a gente tem que ter esse texto lido com justificativa Artigo por Artigo, inclusive explicando como se chegou àquela redação. E os organogramas para dizer: "foi por isso, foi por isso". Obrigado.

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Vale a pena terminar, acabou que nós paramos no Artigo 6º, com as colocações do Raul, sendo que ainda faltaria o Art. 7º para a gente discutir e finalizar. O primeiro pontapé inicial de ação conjunta do CTIL e da CTAJ temos pelo menos dois encaminhamentos com relação às questões das resoluções conjuntas e fazer reuniões de dia inteiro, meio período não dá.

Ninon Machado - Instituto Ipanema

Hoje se discutiu muito a necessidade de uma articulação e possível integração dos sistemas de informação. Eu acho isso importante, isso permite uma transparência no processo, permite o controle social e facilita também, alguém falou aí do guichê único, acho que a gente tem que ver como meta. Então, talvez não sei se no *caput* dos *considerando* a gente possa fazer uma referência, porque quando você trabalha com uma norma você pode dar uma diretriz no sentido do fortalecimento da articulação dos sistemas de informação, tanto para os recursos hídricos como... Eu fiz uma nota aqui que não está uma maravilha, mas a idéia é justamente se ter gravado isso que foi falado várias vezes é que eu acho que é um instrumento importante para esse processo, que esses sistemas de informações eles conversem entre si e se integrem a longo prazo, não só no SISNAMA como no CINGREI(?).

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Eu tenho uma sugestão de encaminhamento com relação à postura e ao debate aqui com os colegas da CT de Assuntos Jurídicos. Acho que a melhor forma de a gente contribuir com vocês seria na verdade, como a Beatriz também acabou de colocar, de a gente enviar a transcrição dessa reunião para vocês e aí ficaria ao encargo da Câmara Técnica Institucional Legal fazer um resumo, fazer um apanhado do que foi discutido aqui, das principais preocupações da CT de Assuntos Jurídicos e das eventuais contribuições que foram dadas e remeter isso à plenária no processo de votação onde essa matéria vai ser analisada em detalhe pelos conselheiros. Eu acho que essa é a melhor contribuição que a gente poderia estar encaminhando para vocês. Vocês vão receber a transcrição da reunião com a ata e vocês vão fazer a análise dessa transcrição levantando os pontos que foram debatidos aqui nessa CT de Assuntos Jurídicos.

Orador não identificado

Eu faço parte do Comitê Nacional de Bacias Hidrográficas e nós promovemos um encontro anual. Esse ano o tema central do nosso encontro vai ser a integração do sistema de recursos hídricos com os demais sistemas. Eu costumo dizer que nós temos muitos aparelhos e poucos sistemas. Cada um está na sua e não tem aquela transversalidade, aquela horizontalidade, aquela conversa. Eu não tenho dúvida nenhuma, depois eu vou escolher o Cristo, e eu vou descrever as experiências, contar os nossos problemas. Eu acho que nós temos que começar a ter a tranquilidade e a serenidade de levantar e mostrar as canelas dos nossos defeitos, mas procurando os acertos. O ano passado nós fizemos um encontro maravilhoso onde os comitês subiram ao palco e contaram as suas experiências. Eu tenho registro, posso mandar isso depois, vocês vão perceber. Nós estamos ainda nos primórdios do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, as análises estão lá, não mentem, nós estamos aqui fazendo história, mas para isso precisa humildade. Eu peço licença a vocês para levar e inscrever essa experiência aqui já para o próximo encontro. Muito obrigado.

Júlio Tadeu - CNRH/MMA

Vamos então encerrar a nossa reunião. Eu só queria dizer que essa experiência nossa aqui hoje foi mais uma vez muito rica. Acho que realmente a gente tem que na medida do possível nesses assuntos, colocar para discutir. Tem problemas operacionais que nós vamos ter que ver como fazer. O importante é deparar com eles, perguntar para a CONJUR. Essas coisas vão acontecendo porque não tem regimento e não tem uma regra própria estabelecida. Nós vamos ter que descobrir os caminhos no discorrer das...

Grace Dalla Pria Pereira – CNI

Eu só quero agradecer a oportunidade de ter os colegas da CTIL. Pena que a nossa sala... a próxima reunião a gente vai fazer lá na sala de vocês, na CODEVAR. Ou na CNI. É um prazer poder compartilhar com vocês. Tem muita frustração, mas é por aí que a gente vai tentando chegar em alguma norma comum. É isso, está dado o ponta-pé inicial.

[FIM]

[STENOTYPE BRASIL LTDA.]